



ESCOLA MUNICIPAL LEÔNCIO HORÁCIO DE ALMEIDA



PPP

Projeto Político Pedagógico 2025

SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO



ANGUERA
PREFEITURA MUNICIPAL
Mais Trabalho, Mais Conquistas!







PPP

Projeto Político Pedagógico
2025

COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO:

Patrícia da Silva Mascarenhas

REPRESENTANTE DA GESTÃO ESCOLAR:

Ednalva Pereira Lima

REPRESENTANTES DA ARTICULAÇÃO E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA:

Aline Cássia Mendes Lima

Cristina Moreira Souza Beirão

Marli Alves Mota Veloso

Simeia Veloso de Oliveira Paixão

REPRESENTANTE DOS PROFESSORES:

Tanea Santana Soares

Andreza Andrade dos Santos

Ana Paula Santos Melo Oliveira

REPRESENTANTE DOS PAIS DE ALUNOS:

Valdinéia Costa Souza

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES:

Leidson Brito Oliveira

Rejane Carvalho dos Santos Brito

DESIGN GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Anderson Cerqueira

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Renan Iury Mendes Brito

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1. PERFIL IDENTITÁRIO

1.1.1. Função Social: Missão, Visão e Valores

1.1.2. Organização do Tempo Escolar

1.2. LINHA DO TEMPO: A HISTÓRIA INSTITUCIONAL

1.3. DIAGNÓSTICO ATUAL

1.3.1. Avaliação Institucional

2. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

2.1. A EDUCAÇÃO INTEGRAL, ESCOLA E O ENSINO

2.2. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

2.3. CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

2.4. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

2.4.1. A Pesquisa como Princípio Pedagógico

2.4.2. O Trabalho como Princípio Educativo

2.4.3. O Respeito à Diversidade

3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

3.1. O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

3.2. TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS INSPIRADORAS

3.3. A AVALIAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM (TIPOS DE AVALIAÇÃO)

3.3.1 Distorção Idade x Série

3.3.2 Recomposição da Aprendizagem

3.4. TEMAS INTEGRADORES

3.5. AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC'S)

3.6. PERFIS ESPERADOS DO PROFESSOR E DO ALUNO

4. ETAPAS DO ENSINO

4.1. EDUCAÇÃO INFANTIL

4.1.1. Anos Iniciais

4.1.2. Anos Finais

4.1.3. Transição do 2º Ano para o 3º Ano

4.1.4. Transição do 5º Ano para o 6º Ano

4.1.5. Transição do 9º Ano para o Ensino Médio

5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

5.1. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

5.2. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

5.3. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

5.4. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

5.5. A POLÍTICA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

5.6. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

5.7. A POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES

5.8. A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA E ESCOLA/COMUNIDADE

6. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

6.1. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INTERRACISTA

7. DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

INO DO MUNICÍPIO DE ANGUEA

Anguera, avanças diariamente,
Com a experiência dos velhos,
Com a vitalidade dos jovens,
Com a união envolvente.

Salve, salve, salve,
Anguera tradicional!
Salve, salve, salve,
A Bandeira Municipal!

Construída por braços fortes,
Preservada por espíritos sadios,
Te amaremos até a morte,
Anguera querida do nosso Brasil!

Salve os filhos queridos,
Que nesta terra nasceram!
Salve os bons imigrantes,
Que muito a desenvolveram.

Tua hospitalidade,
Teus verdes e lindos campos,
Têm a bênção da Padroeira,
Que os envolve em suave manto!

Um belo azul te cerca
No alto céu, azul anil,
Tu és independente,
De espírito varonil!

Letra por Gessé Souza Silva e Rodrigues Silva

Melodia por Bernardo da Silva

APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento essencial para a organização e funcionamento da escola, pois expressa sua identidade, missão, valores e objetivos, servindo como guia para todas as ações pedagógicas e administrativas. Sua elaboração possibilita o alinhamento entre as práticas educativas e as necessidades da comunidade escolar, garantindo que o processo de ensino e aprendizagem esteja em consonância com as diretrizes da legislação educacional, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e com as especificidades do contexto local.

O PPP tem como grande diferencial o caráter participativo, uma vez que envolve gestores, professores, funcionários, alunos e famílias em sua construção e revisão, promovendo o sentimento de pertencimento e corresponsabilidade de todos os sujeitos envolvidos.

Dessa forma, torna-se um instrumento democrático, que não apenas orienta, mas também mobiliza a comunidade escolar na busca de soluções para os desafios enfrentados. Além disso, o PPP contribui para o planejamento, a organização e a avaliação contínua das práticas escolares, permitindo a definição de metas de curto, médio e longo prazo, bem como a verificação de resultados alcançados. Sua importância reside, portanto, em assegurar a qualidade da educação, fortalecer a integração entre escola e comunidade e promover uma formação integral dos estudantes, preparando-os para o exercício da cidadania e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Leôncio Horácio de Almeida, foi (Re) elaborado a partir do entendimento da importância da participação efetiva de toda a comunidade escolar, cujo produto representa as ideias, concepções e diretrizes pedagógicas, que nortearão todo processo de ensino aprendizagem desta Unidade Escolar.

Levando em consideração, que a educação é um direito do indivíduo e um importante meio para o seu crescimento e desenvolvimento, entendemos que o processo de (Re) elaboração justifica-se pelo anseio de uma educação dialógica e promissora de uma cidadania plena, vinculada a uma troca de ideias e opiniões colaborativas, atendendo às diferenças e diversidades, visando assim à promoção

do exercício de direitos, associados às responsabilidades e aos deveres de todo cidadão consciente e crítico.

Em suma, este PPP foi elaborado no sentido de atender as demandas eminentes da realidade social e política do nosso município, bem como contribuir para que seus alunos sejam devidamente preparados para os desafios que a sociedade contemporânea estabelece, no sentido de ofertar uma educação de qualidade capaz de promover em cada um a realização pessoal e profissional.

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

NOME: Escola Municipal Leôncio Horácio de Almeida

ENDEREÇO: Rua José Alves de Almeida, S/N

CEP: 44673 – 899

MUNICÍPIO: Anguera-Ba

LOCALIZAÇÃO: Guaribas

E-MAIL: emlha.anguera@gmail.com

CNPJ: 04.960.322/0001-33

CÓDIGO DO INEP: 29090083

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

ETAPAS DE ENSINO: Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais)

MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS: Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação do/no Campo, Educação Especial e Educação Inclusiva.

QUADRO DE PROFISSIONAIS:

A Escola Municipal Leôncio Horácio de Almeida situada no Povoado de Guaribas Município de Anguera-Ba, é formada pelos seguintes funcionários, no período do ano letivo de 2025:

Servidores

Nº	NOME	FUNÇÃO	VÍNCULO
01	Antonio Soares de Carvalho	Ag. de Portaria	Efetivo
02	Bruno Santos Lopes	Ag. de Portaria	Contratado
03	Alailson Leite de Carvalho	Ag. Tecnológico	Efetivo
04	Ednalva Lopes Lobo	Aux. Administrativo	Contratada
05	Eliziane Lima dos Santos	Digitação	Contratada
06	Tamiris Coutinho Santos	Aux. Administrativo	Contratada
07	Sidney Mascarenhas de Oliveira	Aux. Administrativo	Contratado
08	Joel Gonçalves da Silva	Aux. Administrativo	Contratado
09	Antenor Gonçalves da Silva	Ag. de Limpeza	Contratado
10	Valdelice Freitas da Silva	Ag. de Limpeza	Contratada
11	Silene da Silva Santana	Ag. de Limpeza	Contratada
12	Ozanar de Oliveira Leite	Ag. de Limpeza	Contratado
13	Lucidalva Oliveira Lima	Ag. de Limpeza	Contratada
14	Arlinda Santos de Jesus	Ag. de Limpeza	Contratada
15	Margarida Freitas Costa Lima	Ag. de Limpeza	Efetiva
16	Renata Ramos Silva	Aux. de Serv. Gerais	Contratada
17	Dionisia Vieira dos Santos	Aux. de Serv. Gerais	Contratada

18	Osmário da Silva Santos	Aux. de Serv. Gerais	Contratado
19	Fabricia Borges Lopes	Aux. de Serv. Gerais	Contratada
20	Marli Alves Mota Veloso	Coordenadora	Contratada
21	Simeia Veloso de Oliveira Da Paixão	Coordenadora	Contratada
22	Cristina Moreira Beirão	Coordenadora	Contratada
23	Olavo Francisco de Senna	Secretário	Contratada
24	Aline Cássia Mendes Lima	Articuladora	Contratada
25	Manuella Cupertino de Lima	Profissional de apoio escolar para alunos com deficiência	Efetiva
26	Ayre Barbosa de Jesus	Profissional de apoio escolar para alunos com deficiência	Contratada
27	Milena Lima Silva	Profissional de apoio escolar para alunos com deficiência	Contratada
28	Flavia Almeida Silva	Profissional de apoio escolar para alunos com deficiência	Contratada
29	Ana Paula Lima Ferreira	Profissional de apoio escolar para alunos com deficiência	Contratada
30	Taise De Oliveira Lopes	Profissional de apoio escolar para alunos com deficiência	Contratada
31	Gilvania Dos Anjos Oliveira Costa	Psicopedagoga	Contratada
32	Joyce Cleide Moreira Da Silva	Psicóloga	Contratada
33	Givanildo Dos Santos Ferreira	Professor Oficina Música	Contratado
34	David Silva Carvalho	Professor Oficina Dança/Coreografia	Contratado
35	Sandoval Gonçalves Barbosa	Professor Oficina Esporte/Futebol	Contratado
36	Noemy Lima Oliveira	Professora	Contratada
37	Ângela Maria Pereira Souza Dias	Professora	Contratada

Relação dos Professores 2025

Nº	NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
1.	Aline Zayne Santana Lima	Professora	Formação Superior - não licenciada
2.	Ana Paula Santos Melo Oliveira	Professora	Licenciatura na área de atuação
3.	Andrea De Jesus Santos Pimenta	Professora	Licenciatura na área de atuação
4.	Andreza Andrade Santos	Professora	Licenciatura na Área De Atuação
5.	Antonio Fernandes e Jesus Silva	Professor	Graduação e Especialização na área de atuação
6.	Caroline Lima de Jesus Araújo	Professora	Nível Médio Formação Geral
7.	Claudio Silva Vasconcelos	Professor	Graduação, Especialização e Mestrado na área de atuação
8.	David Viana de Oliveira	Professor	Graduação e Especialização na área de atuação
9.	Elisama Silva Santos	Professora	Cursando Licenciatura
10.	Elizania Azevedo de Jesus Barbosa	Professora	Licenciatura na área de atuação
11.	Estefania Satiro Vítório Barbosa	Professora	Graduação e Especialização na área de atuação
12.	Esther Alanys Lobo Leonel de Souza	Professora	Nível Médio Formação Geral
13.	Evaldo de Jesus Santos	Professor	Licenciatura na área de atuação
14.	Evelyn da Silva de Jesus	Professora	Cursando Licenciatura
15.	Flarizia Amorim Vieira de Matos	Professora	Graduação e Especialização na área de atuação
16.	Flavia Lavignia Hespanhol Figueiredo	Professora	Licenciatura na área de atuação
17.	Franciely Duarte Silva	Professora	Cursando Licenciatura
18.	Geovana da Silva Lima	Professora	Cursando Licenciatura

19.	Greise Kelly Vieira Santos	Professora	Licenciatura na área de atuação
20.	Jéssica Dias de Jesus	Professora	Graduação e Especialização na área de atuação
21.	Joelma Ferreira de Jesus	Professora	Graduação e Especialização na área de atuação
22.	Joselmo Nascimento da Hora	Professor	Graduação e Especialização na área de atuação
23.	Larissa Silva Neri	Professora	Graduação e Especialização na área de atuação
24.	Marcia de Oliveira Pereira Carvalho	Professora	Graduação e Especialização na área de atuação
25.	Maria da Gloria Oliveira dos Santos	Professora	Cursando Licenciatura
26.	Maria José de Oliveira Almeida Brito	Professora	Graduação e Especialização na área de atuação
27.	Nadson Miranda dos Santos	Professor	Licenciatura na área de atuação
28.	Naiane Almeida Leite	Professora	Cursando Licenciatura
29.	Nilza Silva Ferreira	Professora	Graduação e Especialização na área de atuação
30.	Rita de Cassia dos Santos	Professora	Licenciatura na área de atuação
31.	Roberto Silva de Jesus	Professor	Licenciatura na área de atuação
32.	Ronald Cerqueira de Oliveira	Professor	Licenciatura na área de atuação
33.	Roselene Alves Santos	Professora	Formação Superior (não licenciado)
34.	Suely da Silva Ferreira	Professora	Licenciatura na área de atuação
35.	Tahile de Jesus da Silva	Professora	Licenciatura na área de atuação
36.	Tanea Santana Soares	Professora	Graduação e Especialização na área de atuação
37.	Thais Lara Caldas Mendonça de Jesus	Professora	Graduação e Especialização na área de atuação
38.	Thaise Souza De Jesus	Professora	Licenciatura na área de atuação
39.	Vanice Lima Barbosa De Melo	Professora	Graduação e Especialização na área de atuação
40.	Wallas Brito Reis	Professor	Graduação e Especialização na área de atuação

1.1 PERFIL IDENTITÁRIO

1.1.1 Função Social: Missão, Visão e Valores

Temos como função social o compromisso e responsabilidade com uma educação de igualdade, e equidade para todo o público de alunados, sem distinção e também assumir o papel de propiciar possibilidades com ações pedagógicas que favoreça a interação social aos nossos educandos, tornando um espaço afetoso, inclusivo, acolhedor e motivador, que leve o aluno a ser co-autor e protagonista no processo de ensino e aprendizagem.

Como missão, manter a escola um espaço agradável, nosso compromisso é proporcionar um ambiente de aprendizagem seguro e estimulante buscando ensino de excelência, desenvolvendo indivíduos ativos com questionamentos a serem capazes de fazer suas próprias escolhas, respeitando e reconhecendo suas

diversidades, favorecendo suas habilidades de aprendizagens e conhecimentos, para que eles aprendam a construir a sua autoconfiança e assim tomar decisões e desenvolver sua capacidade de articular ideias e sentimentos.

Uma escola onde possamos alcançar a excelência com o ensino de qualidade, prezando sempre pela transparência em nossas atividades, ética, responsabilidade e compromisso com a qualidade de ensino, democrática, receptível e criativo, respeitando os saberes e tornando assim nossos alunos cidadãos críticos-reflexivos e autônomos. Os valores são atitudes morais com as quais devemos nos comportar e vivenciar diante da sociedade. Enquanto escola nosso dever é traçar caminhos que prevaleça a visão de formar cidadãos capazes de analisar e interagir em seu meio.

Em nossa instituição prevalecem os valores como princípios éticos e de fundamental importância na integridade do ser, são eles: solidariedade, honestidade, ética, humanização, empatia, respeito mútuo, respeito às diferenças e ao meio ambiente, comprometimento, justiça, paz, autonomia, responsabilidade, disciplina e inclusão.

1.1.2 Organização do Tempo Escolar

A Escola Leônicio Horácio de Almeida desenvolve pensamento crítico para as crianças, adolescentes, adultos e idosos da comunidade em que a mesma está inserida, na comunidade de Guaribas podendo assim transformar e mudar a vida das pessoas. A escola tem o papel é promover o diálogo entre escola, família e comunidade. Os princípios que norteiam o trabalho da escola é equidade, diálogo, participação social, igualdade e formação.

A intenção principal é demonstrar que a escola é de fundamental importância para todos e a comunidade ter a escola como uma referência de respeito aos valores que são passados pela mesma, sendo um ambiente saudável de apoio para formação do cidadão que faz parte da sociedade.

A proposta pedagógica deve levar em consideração a cultura local, priorizando decisões coletivas e o desenvolvimento de projetos que resgatem e valorizem a identidade da comunidade e de suas adjacências. Nesse sentido, a escola se propõe a realizar oficinas com a participação de moradores da comunidade, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente e

explorando o espaço geográfico local como recurso educativo. Valoriza-se, ainda, o trabalho das famílias como forma de reconhecimento social e cultural, destacando atividades como agricultura, pecuária, pesca, artesanato e caça, fortalecendo o vínculo entre o conhecimento escolar e a realidade vivida pelos educandos.

Paralelamente, busca-se promover práticas pedagógicas que estimulem as vivências da própria comunidade, assegurando a permanência dos alunos na escola e o acompanhamento contínuo de sua aprendizagem. Serão identificados os estudantes com baixo rendimento, viabilizando ações de reforço e recuperação, de modo a garantir que, ao final do Ciclo de Alfabetização, todos tenham consolidado as competências e habilidades previstas para cada ano. A articulação com as famílias e a comunidade será permanente, por meio da organização de eventos abertos, incentivo à participação dos pais no processo ensino-aprendizagem e da realização de atividades pedagógicas fora da escola, como passeios e excursões planejadas, que possibilitem aos educandos conhecer, valorizar e explorar os espaços naturais, culturais e de lazer de sua localidade.

De forma eficaz ainda não é o ideal, tendo em vista que a mesma precisa inserir mais a comunidade na sua rotina, nas comemorações e eventos entre outros. É uma comunidade simples com acesso a água, energia, mas algumas regiões permanecem ainda sem esses benefícios. São ruas de paralelepípedos e cortada por estradas de chão, as famílias dos alunos são simples e dependem totalmente da escola para garantir a educação dos seus filhos.

A comunidade é formada por moradores centrais da comunidade e adjacências circunvizinhas, a maioria são alfabetizados, mas ainda tem uma porcentagem de pais que não são escolarizados e com pouca instrução, geralmente são trabalhadores rurais, domésticas, pedreiros, servidores públicos. As principais fontes de rendas das famílias são a aposentadoria, para alguns, benefícios sociais e atividades agrícolas, pois, a agricultura é a principal atividade desenvolvida na comunidade.

Quanto aos serviços públicos de saúde o Povoado e as Comunidades adjacentes dispõem de um posto de saúde da família que atende à demanda e as necessidades de todos os moradores locais. Possuem também alguns estabelecimentos comerciais privados, com pouco acesso a atividades culturais e área de lazer.

A Escola Leôncio Horácio de Almeida visando uma educação de qualidade que possa contemplar todos os alunos da comunidade oferta as seguintes modalidades e etapas de ensino: Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais, nas Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação do/no Campo, Educação Especial e Educação Inclusiva. As aulas ocorrem nos turnos matutinos e vespertinos para as turmas do Ensino Fundamental a turma do Ciclo Juvenil e no noturno com as turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Temos como finalidade formar cidadãos críticos, participativos, reflexivos e ativos na sociedade e como instituição social deve possibilitar o crescimento humano nas relações interpessoais, bem como propiciar a apropriação do conhecimento, tendo sempre como referência a realidade do aluno. Na comunidade de Guaribas devemos ressaltar a diversidade local e propor a participação contínua de todos, para que desta forma possa ser desenvolvido um trabalho social de relacionamento entre indivíduo.

1.2 LINHA DO TEMPO: A HISTÓRIA INSTITUCIONAL

A Escola Municipal Leôncio Horácio de Almeida situa-se no povoado de Guaribas localizada na área rural do município de Anguera. Com o processo de abertura e redemocratização escolar, em meados da década de 1980, houve uma grande ampliação de oferta do ensino público, respondendo uma considerável demanda social.

A partir da necessidade de uma escola maior no povoado de Guaribas, a população foi até o então prefeito Armando Sofia Brandão pedir para que construísse uma unidade escolar que atendesse tais necessidades. A comunidade também solicitou do Sr. Leôncio Horácio de Almeida, então Vereador, a doação de um terreno para a construção da unidade escolar. Em retribuição a essa ação, a escola foi intitulada Escola Municipal Leôncio Horácio de Almeida, como é conhecida até os dias atuais.

A escola foi inaugurada em 11 de outubro de 1987, na gestão do então Prefeito Armando Sofia Brandão, contando com 4 (quatro) salas de aula, 1 (uma) cozinha, 2 (dois) banheiros e 1 (uma) secretaria, com autorização para funcionar de 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental, nos turnos matutino e vespertino. Porém, a

partir de 1998 passou a funcionar também no turno noturno, contribuindo para a Alfabetização de Jovens e Adultos.

Atualmente sua estrutura conta com:

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADES
Sala da direção	1
Sala dos professores	1
Salas de aula	8
Sala de informática	1
Cozinha	1
Sala de atendimento psicológico	1
Banheiro social	3
Sala de leitura	1
Secretaria	1
Almoxarifado	1
Pátio interno	1

Muitos foram os professores que se destacaram em suas atividades, entre elas as primeiras educadoras da escola, Zelina Constância Lobo, Margarida Costa da Silva, Ana Rita de Almeida Carneiro, Zenilda Almeida Figueredo, Maria Odete Ataíde de Carvalho e Luciene Almeida Oliveira. Devido à carência de um transporte escolar que suprisse o acesso da grande demanda de estudantes até a sede do município, a comunidade mobilizou-se e solicitou ao poder público, alternativa para que fosse possível prosseguir os estudos nesta escola. O pedido foi atendido e os alunos deram continuidade aos estudos.

Atendendo a solicitação da comunidade, no ano de 1999, na gestão do então prefeito José Ary Vieira de Santana Filho, a escola foi ampliada, sendo construído mais 3 (três) salas de aula, 1 (uma) sala de leitura, 2 (dois) banheiros, 1 (uma) diretoria e 1 (uma) nova secretaria. A antiga secretaria passou a funcionar como almoxarifado. Com essa ampliação, conforme a portaria 046/99, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 06 de agosto, a escola foi autorizada a ampliar sua oferta de ensino, atendendo também alunos de 5ª à 8ª série.

1.3 DIAGNÓSTICO ATUAL

1.3.1 Avaliação Institucional

Entendemos que avaliação é uma ferramenta de suma importância para o processo de acompanhamento contínuo das atividades, é o momento em que a instituição deve estar avaliando todo o processo educativo assim como mapear, diagnosticar os resultados obtidos e realizar as intervenções necessárias para melhorar o aprendizado do alunado. Em nossa instituição o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) é para alunos do quinto e nono ano (5º e 9º).

Esses resultados compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e, quando os indicadores apresentados não atingem os níveis esperados, o município passa a adotar ações estratégicas de intervenção. Essas ações têm como foco a melhoria da qualidade da aprendizagem, por meio do fortalecimento das competências e habilidades dos alunos, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), assegurando a reorientação das práticas pedagógicas e a elevação dos resultados educacionais.

Segundo Vitor Paro (2008, p. 81):

É preciso prever instrumento institucional que avaliem não apenas o rendimento do aluno, mas o próprio processo escolar como um todo, com a presença de alunos e de pais, pois eles são usuários da escola e a elas competem apontar problemas e dar sugestões de acordo com seus interesses.

No entanto, a avaliação institucional possibilita um diagnóstico do espaço escolar identificando os desafios e superando coletivamente. Sendo assim, é preciso uma constante avaliação no contexto escolar, visando apenas não só os resultados qualitativos, mas o desempenho, as práticas pedagógicas assim como o bom funcionamento da nossa instituição.

Dessa forma, a avaliação constitui-se como um processo pautado na discussão permanente sobre as práticas vivenciadas na escola, pertencente à construção da autonomia, já que fornece subsídio para melhoria e o aperfeiçoamento da qualidade do seu trabalho. A avaliação Institucional articula as demais avaliações, externas e internas realizadas em sala de aula.

Dessa forma, a avaliação institucional torna-se um instrumento de orientação do trabalho educativo, a partir da construção coletiva de uma concepção de avaliação democrática e formativa, capaz de intervir efetivamente na realidade educacional, no sentido de contrapor-se a crescente exclusão e ao aprofundamento das desigualdades sociais.

Cabe ao gestor escolar dirigir os diferentes atores escolares na realização de suas atividades, além de auxiliá-los na superação dos desafios cotidianos que podem prejudicar o funcionamento harmônico da escola e comprometer o sucesso escolar, na medida em que prejudicam o aprendizado do aluno. Conhecer os diferentes elementos da gestão educacional permite compreender que a emergência dos desafios enfrentados nas escolas pode estar relacionada a diversos fatores, ao se obter resultados críticos como os baixos níveis de aprendizagem, as repetências contínuas, a evasão e o abandono escolar.

Vale ressaltar que até o momento, não há disponibilidade pública de dados específicos e detalhados sobre a evasão escolar na Escola Municipal Leôncio Horácio de Almeida, no município de Anguera, referentes aos anos de 2024 e 2025. As bases oficiais de acesso público, como relatórios educacionais municipais e divulgações consolidadas do Censo Escolar, ainda não apresentam esses indicadores discriminados por unidade escolar e por ano, o que limita a análise direta e precisa da evasão formal (abandono escolar) nesse período.

Entretanto, alguns indícios relacionados à frequência escolar podem ser considerados para contextualizar a situação. Em 2025, durante o chamado “Dia D da Frequência Escolar”, foi registrado na referida escola um índice de 20,9% de ausência dos alunos, o que aponta para um cenário de infrequência significativa. Embora a infrequência não represente, necessariamente, evasão escolar consolidada, ela é reconhecida como um importante fator de risco para o abandono, exigindo atenção e ações preventivas por parte da gestão escolar e do poder público.

Além disso, observa-se que o município de Anguera, por meio da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação, participou ativamente da coleta de dados do Censo Escolar 2025, o que indica que os registros oficiais sobre matrícula, frequência, rendimento e possível evasão estão sendo sistematizados.

A partir de 2021, há um crescimento expressivo nos resultados de ambas as disciplinas, com destaque para Matemática, que alcançou 240,71 em 2023, enquanto Língua Portuguesa atingiu 224,7. Esse salto significativo pode indicar uma mudança nas estratégias educacionais, investimentos em ensino ou outros fatores que contribuíram para a melhora no desempenho dos estudantes.

ANO: 2015

ANOS INICIAIS

SÉRIE	NOTA DO IDEB	LÍNGUA PORTUGUESA			MATEMÁTICA			APROVAÇÃO
		PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	
5º	3,7	165,2	2	4,32	175,47	3	4,32	4,32

ANOS FINAIS

SÉRIE	NOTA DO IDEB	LÍNGUA PORTUGUESA			MATEMÁTICA			APROVAÇÃO
		PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	
9º	2,9	221,63	1	4,2	230,38	2	4,2	4,2

Fonte: Qedu (2025).

ANO: 2017

ANOS INICIAIS

SÉRIE	NOTA DO IDEB	LÍNGUA PORTUGUESA			MATEMÁTICA			APROVAÇÃO
		PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	
5º	4,3	173,99	2	4,74	189,5	3	4,74	4,74

ANOS FINAIS

SÉRIE	NOTA DO IDEB	LÍNGUA PORTUGUESA			MATEMÁTICA			APROVAÇÃO
		PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	
9º	3,0	209,84	4	3,86	221,59	4	3,86	3,86

Fonte: Qedu (2025).

ANO: 2019

ANOS INICIAIS

SÉRIE	NOTA DO IDEB	LÍNGUA PORTUGUESA			MATEMÁTICA			APROVAÇÃO
		PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	
5º	4,0	169,13	2	4,55	183,86	3	4,55	4,55

ANOS FINAIS

SÉRIE	NOTA DO IDEB	LÍNGUA PORTUGUESA			MATEMÁTICA			APROVAÇÃO
		PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	
9º	2,9	215,35	4	3,95	221,72	4	3,95	3,95

Fonte: Qedu (2025).

ANO: 2021

ANOS INICIAIS

SÉRIE	NOTA DO IDEB	LÍNGUA PORTUGUESA			MATEMÁTICA			APROVAÇÃO
		PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	
5º	4,4	170,80	2	4,39	173,74	2	4,39	4,39

ANOS FINAIS

SÉRIE	NOTA DO IDEB	LÍNGUA PORTUGUESA			MATEMÁTICA			APROVAÇÃO
		PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	
9º	4,3	224,86	1	4,29	232,63	2	4,29	4,29

Fonte: Qedu (2025).

ANO: 2023

ANOS INICIAIS

SÉRIE	NOTA DO IDEB	LÍNGUA PORTUGUESA			MATEMÁTICA			APROVAÇÃO
		PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	
5º	6,6	224,70	4	6,64	240,71	5	6,64	6,64

ANOS FINAIS

SÉRIE	NOTA DO IDEB	LÍNGUA PORTUGUESA			MATEMÁTICA			APROVAÇÃO
		PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	
9º	4,6	238,52	2	4,55	234,58	2	4,55	4,55

Fonte: Qedu (2025).

A articulação entre IDEB, SAEB e SABE fornece um panorama amplo e integrado acerca da qualidade da educação ofertada no município. Tanto o DCRB quanto o DCRM reforçam que a avaliação de alfabetização deve ser contínua, processual e articulada com intervenções pedagógicas eficazes, assegurando que cada estudante desenvolva plenamente as habilidades de leitura, escrita e resolução de problemas, fundamentais para sua progressão escolar.

Os indicadores externos apóiam a escola na compreensão de seus resultados, possibilitando a elaboração de metas realistas, a construção de estratégias coletivas e a promoção de um currículo alinhado às necessidades reais dos estudantes e às diretrizes da BNCC, DCRB e DCRM. Mais do que números, esses instrumentos constituem ferramentas pedagógicas que fortalecem o compromisso com uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade social, orientada para garantir o direito à aprendizagem de todos os estudantes.

Em 2025, o município de Anguera realizou com destaque a 4ª edição da OBMEP Mirim, a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas para os anos iniciais (do 2º ao 5º ano). 11 escolas da Rede Municipal de Ensino participaram da etapa local, entre elas o Leôncio, envolvendo de forma ampla e entusiasmada os estudantes dessa faixa etária.

A 2ª fase da OBMEP Mirim, realizada em 11 de novembro de 2025, mobilizou 98 alunos classificados na etapa anterior, que se destacaram nas provas de raciocínio lógico e competências matemáticas, sob acompanhamento de professores e coordenadores pedagógicos.

A OBMEP Mirim tem como objetivo incentivar o interesse pela Matemática desde os primeiros anos, estimular o raciocínio lógico, fortalecer a aprendizagem significativa e valorizar a dedicação dos alunos por meio de desafios que ampliam sua confiança e seu gosto pelo conhecimento.

Esse projeto consolidou-se como uma ação pedagógica importante para o currículo da o Leôncio Horácio de Almeida conectando os eixos da BNCC com práticas avaliativas e celebrativas, promovendo uma cultura escolar que valoriza a matemática de forma lúdica, criativa e integrada ao cotidiano dos estudantes.

O município também realizou nesse corrente ano a Avaliação SIGA - Sistema Integrado de Gestão da Avaliação como parte do acompanhamento contínuo da aprendizagem dos estudantes da Rede Municipal de Ensino. As provas foram aplicadas no dia 29 de maio para os alunos do 5º e 9º ano, com o objetivo de

diagnosticar o desempenho dos estudantes nos descritores de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática, proporcionando indicadores que orientem ajustes imediatos no planejamento pedagógico e no trabalho em sala de aula.

A Avaliação SIGA é uma avaliação interna consolidada na política de acompanhamento educacional da rede, cuja finalidade é verificar os níveis de aprendizagem, identificar pontos fortes e dificuldades, e subsidiar intervenções pedagógicas contextualizadas e eficazes. Os resultados dessa avaliação permitem que gestores e professores tomem decisões mais assertivas sobre os conteúdos que precisam de reforço e adaptem suas práticas às necessidades reais dos estudantes.

Essa avaliação dialoga com as diretrizes do Documento Curricular Referencial Municipal - DCRM e com os princípios da BNCC, pois busca garantir aprendizagens essenciais e promover o desenvolvimento integral dos alunos, articulando avaliação, ensino e currículo de maneira contínua e formativa.

A utilização dos dados do SIGA no planejamento pedagógico fortalece a cultura de monitoramento da aprendizagem nas escolas, contribuindo para uma educação mais equitativa, contextualizada e orientada pela realidade das turmas e das comunidades escolares de Anguera.

2. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL SER HUMANO, SOCIEDADE E CULTURA

A Antropologia Cultural explica que o homem é possuidor e criador da cultura, tendo interesse pelas manifestações artísticas reveladas no conhecimento das habilidades, técnicas, e normas de comportamento do modo de ser de cada comunidade, dentro desse contexto a nossa escola tem como concepção formar cidadãos autônomos, livres e ativos na construção do conhecimento tornando-se assim participativo, sabendo do seu papel na sociedade e capaz de interagir ao meio em que vive.

Contudo percebemos que a formação do homem não depende só da escola, mas, abrange toda esfera familiar, educacional e da convivência dele com o outro. É de fundamental importância inserir os cidadãos no contexto de um mundo novo, de forma que o possibilite na construção contínua de sua própria formação para exercício da cidadania.

A nossa instituição visa formar cidadãos, atuantes na sociedade em que vive de forma responsável e democrática valorizando sempre a cultura da sua comunidade local e sociedade como um todo, adquirindo conhecimentos éticos, valores sociais, respeitando assim as diversidades coexistentes.

A sociedade passou por várias mudanças ao longo dos anos, no que diz respeito às diversas áreas do conhecimento. Diante disto o papel principal da escola é apresentar para todos dentro da instituição, caminhos para uma transformação social de toda sociedade. Segundo Freire (2002, p. 72):

Por isto mesmo é que os reconhece como seres que estão sendo, seres inacabados, inconclusivos em e com uma realidade que, sendo histórica também, é igualmente inacabada. Na verdade, diferentemente dos outros animais, que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens se sabem inacabados. Têm a consciência de sua inconclusão. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e na consciência que dela têm. Daí que seja a educação um que fazer permanente. Permanente, na razão da inconclusão dos homens e do definir da realidade.

As inovações tecnológicas possibilitaram adquirir novas habilidades e assim aprimorar as práticas pedagógicas levando a educação a um patamar de ensino de qualidade.

[...] democracia integral seria o sistema político que garante a cada um e a todos os cidadãos a participação ativa e criativa, enquanto sujeitos, em todas as esferas de poder e de saber da sociedade; o sistema que garante a cada um e a todos o direito de sermos coautores do mundo. (ARRUDA; BOFF, 2000, p.19).

A cidadania representa para todos os direitos de ir e vir, acumulando assim conhecimentos necessários para um bom desenvolvimento e convivência social.

A nossa escola vem realizando um trabalho voltado para a realidade do aluno valorizando e respeitando sempre a cultura local da comunidade, através de pesquisas, entrevistas, exposições de fotos como também apresentações e resgate de manifestações culturais, demonstrando o valor da grande importância que a cultura tem na vida dos envolvidos na comunidade escolar.

2.1 A EDUCAÇÃO INTEGRAL, ESCOLA E O ENSINO

O projeto Político Pedagógico (PPP), defende igualdade de condições para acesso e permanência de todos os estudantes na escola de forma democrática considerando os saberes diferentes de cada aluno, a cultura e experiências da comunidade escolar.

Para o ECA 1990, em seus artigos 3º e 4º diz que:

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069, de 13 de Julho de 1990), em seus artigos 3º e 4º, considera a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, que devem gozar de proteção integral e de todas as oportunidades e facilidades, a fins de lhes facultar o desenvolvimento em todas as suas dimensões, física, mental, moral, espiritual e social, com liberdade e dignidade, sendo dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar a efetivação dos direitos referentes a todos os aspectos da sua vida.

Dentro deste contexto a nossa instituição de ensino, tem o papel de suma importância na construção e formação de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, pois, para que tudo ocorra de forma integrada a nossa escola e rede precisa estar bem articuladas e seguindo todos os pressupostos que estão definidos nos documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Documento Curricular Referencial do Município (DCRM), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e o Plano Municipal de Educação (PME).

A Escola Municipal Leôncio Horácio de Almeida reconhece como pilares essenciais para o desenvolvimento integral dos estudantes diversas iniciativas estruturantes promovidas pela Secretaria Municipal de Educação de Anguera, entre as quais se destacam a **Feira do Conhecimento**, os **Jogos Escolares** e o **Concurso Escrita Criativa**. Essas ações expressam o compromisso da gestão municipal com práticas pedagógicas que ampliam horizontes, fortalecem competências e fomentam a participação ativa da comunidade escolar em processos de aprendizagem significativos.

A **Feira do Conhecimento**, promovida anualmente desde 2014, tornou-se um dos eventos mais relevantes da rede municipal de ensino, reunindo projetos e experiências desenvolvidas ao longo do ano em todas as unidades escolares, incluindo a Escola Municipal Leôncio Horácio de Almeida. Nesse espaço de culminância educativa, estudantes apresentam produções científicas, artísticas e culturais, integrando saberes curriculares com contextos sociais e culturais locais. Ao estimular o pensamento investigativo, a criatividade e a comunicação clara de ideias, a feira impulsiona o protagonismo estudantil e convida famílias e comunidade a vivenciarem a aprendizagem de forma colaborativa e inspiradora.

Os **Jogos Escolares**, organizados pela Secretaria como eventos sistemáticos de prática esportiva, promovem a educação física como instrumento de socialização, cooperação e bem-estar. Ao integrar diversas modalidades esportivas e incluir estudantes de diferentes turmas e séries, os jogos incentivam hábitos saudáveis, a superação de desafios individuais e coletivos e a construção de valores como respeito, disciplina e trabalho em equipe. Essa prática esportiva escolar é reconhecida como elemento importante no desenvolvimento de habilidades socioemocionais que se estendem para além das quadras e campos.

O **Concurso Escrita Criativa** constitui outro importante projeto da rede municipal de educação, voltado para a promoção da leitura, da produção textual e do letramento em todas as etapas da educação básica, incluindo também a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Por meio de propostas de escrita em diferentes gêneros, os estudantes são estimulados a ampliar seu repertório linguístico, aprofundar a compreensão de temas relevantes e expressar ideias com sensibilidade e pensamento crítico. A participação no concurso incentiva a expressão criativa e valoriza a escrita como ferramenta de reflexão, organização de pensamentos e construção cultural.

Essas três iniciativas Feira do Conhecimento, Jogos Escolares e Concurso Escrita Criativa representam estratégias pedagógicas que fortalecem o currículo escolar, potencializam aprendizagens significativas e contribuem para a formação integral dos estudantes da Escola Municipal Leôncio Horácio de Almeida. Ao articular conteúdos curriculares com práticas culturais, esportivas e comunicacionais, tais projetos ampliam as oportunidades de participação ativa dos alunos, promovem inclusão e valorizam as múltiplas capacidades dos aprendizes, em consonância com os princípios do Projeto Político-Pedagógico escolar.

2.2 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

O currículo é considerado um componente social. Cada período histórico é caracterizado por multifatores, dentre tais aspectos pode-se destacar: os econômicos, sociais e políticos. Esses fatores influenciam direta ou indiretamente no currículo, uma vez que estes proclamam os interesses e os sistemas de ideias das categorias (grupos) que o estabelecem, sendo assim, refletirá no trabalho docente e, em consequência, no desenvolvimento dos educandos.

Para Sacristán (2013, p. 18):

O currículo age como um instrumento que tem a capacidade de estruturar a escolarização, a vida nos centros educacionais e as práticas pedagógicas, pois dispõe, transmitem e impõem regras, normas e uma ordem que são determinantes.

O Documento Curricular Referencial Municipal de Anguera, parte do pressuposto que, o currículo vem a ser o caminho, a rota, sendo a proposta de organização de uma trajetória de escolarização, envolvendo conteúdos estudados, atividades realizadas, competências desenvolvidas com vista no desenvolvimento pleno do educando. A proposta do currículo parte de um interesse coletivo, (re) pensando, (re) significando e alinhando as necessidades em uma totalidade.

A concepção de currículo adotada pelo município de Anguera-Ba, conforme orientações do Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) entende o currículo como um processo dinâmico, vivo e em permanente construção, que se materializa a partir das experiências, saberes e contextos socioculturais dos educandos. Nessa perspectiva, o currículo ultrapassa a organização de conteúdos formais e assume o papel de mediador das aprendizagens, articulando o conhecimento científico aos saberes da comunidade, valorizando a identidade local

e promovendo uma educação humanizada, contextualizada e socialmente significativa (DCRM, 2020).

Fundamentado nos princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o DCRM de Anguera orienta a organização curricular a partir do desenvolvimento de competências e habilidades essenciais à formação integral do estudante. Essa concepção reconhece o educando como sujeito histórico, social e cultural, incentivando práticas pedagógicas que favoreçam o protagonismo, a autonomia, o pensamento crítico e a participação ativa no processo de ensino-aprendizagem. Assim, o currículo é compreendido como um instrumento que promove aprendizagens significativas, respeitando os diferentes ritmos e modos de aprender, em consonância com os direitos de aprendizagem assegurados pela BNCC (2018).

Além disso, o DCRM reafirma o compromisso do currículo municipal com a equidade, a inclusão e a garantia do direito à educação de qualidade para todos. Ao orientar práticas pedagógicas que fortalecem a relação entre escola, família e comunidade, o currículo assume um caráter integrador e transformador, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, conscientes e comprometidos com a realidade em que vivem. Dessa forma, a concepção curricular do município de Anguera–BA se consolida como um instrumento de promoção da cidadania, do respeito à diversidade e da construção coletiva do conhecimento (DCRM, 2020).

O DCRM de Anguera reconhece a importância da inserção das diversidades no currículo, contemplando conhecimentos específicos do Município, despertando na escola uma consciência crítico-reflexiva, compreendendo que cada aluno traz uma trajetória e uma identidade a ser preservada. Desse modo, o currículo não é definido sem antes passar pelos protagonistas principais, os estudantes, para a averiguação dos seus conhecimentos prévios e da realidade que os cerca.

A parte diversificada se constitui em uma política que apresenta um espaço narrativo para se produzir práticas curriculares com base na cultura local por meio de ações políticas cotidianas, mas em interlocução com políticas educacionais que são interpretadas e traduzidas no contexto da prática.

O currículo contempla conhecimentos diretamente relacionados ao município de Anguera, incorporando o estudo de sua origem e história como forma de fortalecer o sentimento de pertencimento e identidade dos educandos. Nesse percurso, promove-se o resgate e a valorização da cultura local, bem como a compreensão dos aspectos geográficos e naturais do território, permitindo que os

estudantes reconheçam e respeitem o espaço em que vivem. Além disso, o currículo destaca as potencialidades empreendedoras locais, incentivando uma visão crítica e criativa sobre as possibilidades de desenvolvimento social, econômico e sustentável da comunidade.

O currículo é o fundamento das práticas pedagógicas e do planejamento, baseado nas ações a serem desenvolvidas no ensino. Organizando assim, todo material a ser trabalhado de forma dinâmica e aperfeiçoando cada vez mais toda metodologia a ser aplicada em sala de aula levando em consideração a relevância das práticas curriculares na atualidade.

Arroyo (2008, p. 20), afirma que “é possível concebermos uma perspectiva de avaliação cuja vivência seja marcada pela lógica da inclusão, do diálogo, da construção, da autonomia, da mediação, da construção da responsabilidade com o coletivo”.

Nessa perspectiva, consegue-se perceber que na educação os balizadores devem ser toda a avaliação precisa ocorrer sim, mas de forma justa e pautada nos princípios que regem o currículo.

Em linhas gerais, a avaliação da aprendizagem na Rede Municipal de Ensino de Anguera, de forma processual, prevê que o quantitativo deve existir, porém não em detrimento do qualitativo, e dessa forma, o ato de avaliar deve ser um incentivo para as mudanças na prática ensino aprendizagem, ou seja, ambas as partes serão contempladas com os resultados das avaliações. Há ainda que se considerar as competências socioemocionais que podem ser observadas e extraídas das competências gerais que a BNCC apresenta para toda Educação.

O currículo é o fundamento das práticas pedagógicas e do planejamento, baseado nas ações a serem desenvolvidas no ensino. Organizando assim, todo material a ser trabalhado de forma dinâmica e aperfeiçoando cada vez mais toda metodologia a ser aplicada em sala de aula levando em consideração a relevância das práticas curriculares na atualidade.

A formação integral do professor favorecendo pela qualidade do ensino ministrado na escola, melhoria da qualificação profissional e valorização do trabalho pedagógico, e a cultura que é papel da escola garantir os direitos de aprendizagem sobre a diversidade cultural.

2.3 CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

A Gestão Democrática da Escola Leôncio Horácio de Almeida desenvolve um trabalho democrático onde todos são ativos, colaborando no processo da gestão e nas tomadas de decisões para o bom desenvolvimento escolar. No contexto de ensino dentro da rede, as ações são realizadas de maneira eficaz pela equipe pedagógica, sendo assim responsável para que toda prática exercida no ambiente escolar, possa contemplar de maneira satisfatória a aprendizagem dos nossos educandos.

O trabalho realizado pela gestão precisa ser participativo e em harmonia com toda equipe de colaboradores, opinando e estando apto a ouvir sugestões aprimorando ideias para que dessa forma todos consigam trabalhar em unidade. Para a nossa escola um dos princípios mais importantes dentro da gestão democrática é a transparência nas tomadas de decisões e parceria que é essencial na maioria dos aspectos a serem realizados seja ela na parte administrativa, quanto na pedagógica, para que dessa forma tudo que for proposto nessa instituição seja de fato, colocado em prática.

De acordo com Paro (1997, p. 6):

A democratização da gestão da escola básica não pode restringir-se aos limites do próprio estado, promovendo a participação coletiva apenas dos que atuam em seu interior, mas envolver principalmente os usuários e a comunidade em geral, de modo que se possa produzir, por partes da população, uma real possibilidade de controle democrático do Estado no provimento de educação escolar em quantidade e qualidade compatíveis com as obrigações do poder público e de acordo com os interesses da sociedade.

Portanto, para uma gestão democrática é necessário a participação de todos os membros inseridos na escola, assim como o envolvimento da comunidade e de todos, é de extrema relevância para o crescimento no desempenho de suas funções. A nossa escola busca trabalhar com transparência levando a conhecimento de todos os trabalhos desenvolvidos pela instituição abrangendo o processo educativo, e tudo o que ocorre na parte burocrática demonstrando que a escola precisa estar presente na vida social.

2.4 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

2.4.1 A pesquisa como Princípio Pedagógico

Para uma boa prática pedagógica é necessário levar em consideração princípios éticos: à interdisciplinaridade, a contextualização, a autonomia, a responsabilidade, solidariedade, respeito ao bem comum. A pesquisa é vista como um princípio científico e educativo, elemento fundamental que precisa estar inserida numa perspectiva transdisciplinar no contexto escolar iniciando desde a educação básica, a prática da pesquisa deve estar inserida ao processo de ensino aprendizagem e constituída para a formação do educando.

Em nossa escola valorizamos o campo da pesquisa uma ferramenta como prática contextualizada e de grande valia que busque instigar os nossos alunos o seu saber para o desenvolvimento na aprendizagem e que o professor seja motivador e mediador desse processo tornando o discente protagonista do seu próprio conhecimento. Para um bom funcionamento do trabalho pedagógico, a pesquisa no campo da educação é de fundamental importância para direcionar e orientar na formação do alunado e contribuir para uma aprendizagem significativa.

Precisamos estar presente com a sociedade, pensando nisso trabalhamos com alguns aspectos importantes para a formação dos estudantes: o social, trazendo a comunidade local para a escola, a exploração do comércio local através de pesquisas realizadas no comércio local, utilizando os dados para criação de gráficos e tabelas, para serem envolvidos nas práticas e atividades em sala de aula.

Na área psicológica e emocional da comunidade escolar quando identificado, alguns sinais de alteração no comportamento dos envolvidos é encaminhado para o acompanhamento com o profissional da área.

Trabalhando o lado afetivo, a escola recebe todos de forma acolhedora, pois, ela é a base para uma boa relação entre escola e família, esse trabalho é feito dentro e fora da sala de aula, visitando e conhecendo melhor os nossos estudantes que estão inseridos no ambiente escolar, valorizando a cultura local e conhecendo as vivências familiares na comunidade, podendo assim expressar seus conhecimentos prévios e tornar-se educandos ativos.

2.4.2 O respeito à Diversidade

A escola é um espaço privilegiado para o desenvolvimento de valores democráticos e para o reconhecimento da pluralidade cultural, étnica, religiosa, de gênero e de modos de vida que compõem a sociedade brasileira. Nesse sentido, a BNCC estabelece diretrizes para que o currículo promova o respeito às diferenças e assegure condições equitativas de aprendizagem. A inclusão e o respeito à diversidade não devem ser encarados como temas periféricos, mas como princípios estruturantes do processo educativo.

A BNCC, em sua Competência Geral 9, propõe que a educação básica deve “exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza” (BRASIL, 2017).

Além disso, diferentes componentes curriculares apresentam habilidades diretamente relacionadas à promoção do respeito à diversidade, tais como:

- **EI03EO06** – Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida.
- **EF05HI04** – Associar a noção de cidadania aos princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos.
- **EF09GE03** – Reconhecer e valorizar a multiplicidade cultural e étnica, defendendo o respeito às diferenças.

Pesquisas acadêmicas reforçam a importância de tratar a diversidade de forma crítica e não apenas celebratória, para que a escola contribua para a superação de desigualdades históricas e para a formação de sujeitos conscientes e participativos (ALVES; SALUSTIANO, 2022).

Um dos maiores desafios para a efetivação desse princípio é a formação docente. Muitos professores ainda carecem de subsídios teóricos e metodológicos para trabalhar com as diferenças de forma inclusiva e crítica. Além disso, é necessário garantir que o currículo dialogue com a realidade sociocultural dos estudantes, tornando o ambiente escolar um espaço de escuta, respeito mútuo e combate a preconceitos.

A Escola Municipal Leôncio Horácio de Almeida destaca como possibilidades de trabalhar o respeito e a diversidade através de:

- Programas de formação continuada voltados para diversidade e direitos humanos.
- Inserção de conteúdos que valorizem culturas e saberes tradicionais.
- Estratégias pedagógicas que promovam empatia, colaboração e resolução pacífica de conflitos.
- Projetos interdisciplinares que trabalhem temas como gênero, etnia, inclusão de pessoas com deficiência e diversidade religiosa.

A promoção do respeito à diversidade é condição essencial para uma educação emancipatória e para a construção de uma sociedade mais justa. A BNCC fornece os referenciais normativos e pedagógicos para que essa prática seja incorporada às escolas de forma transversal e contínua. Ao valorizar a diversidade, a escola fortalece o exercício da cidadania, combate preconceitos e prepara os estudantes para viver em uma sociedade plural.

O ambiente escolar da Escola Municipal Leôncio Horácio de Almeida tem como dever orientar o respeito às diferenças, é neste ambiente que o aluno começa perceber mais claramente que a diversidade precisa ser valorizada e respeitada, muitos educandos chegam à escola com um contexto familiar contraditório sem concepções e conceitos de valores, o que acaba influenciando no comportamento e ações dos alunos.

Diante disso, é papel da comunidade escolar desenvolver um trabalho com discussões, seminários, roda de conversas, palestras voltadas para a realidade local e favorecer o respeito às diferenças e aumentar a autoestima dos alunos, respeitando as diversidades de gêneros, religião, etnia racial e cultura.

As ações educativas precisam ser aplicadas de forma mais intensa e passar a fazer parte do plano de aula do professor. Ter um bom diálogo com os alunos, explicando sempre com clareza os conceitos de preconceito, racismo e discriminação, para que ocorra um melhor entendimento de todos sobre esta temática. O ideal é que o educador junto com toda comunidade escolar possa tornar na medida do possível o espaço em um local onde esses conceitos são priorizados e seja uma preocupação coletiva.

Dentro de toda esta temática destacamos também a Lei nº 11. 645, de 10 de março de 2008, que torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Algo que também faz parte da cultura local e que deve ser inserido de forma mais ampla e prática nas atividades realizadas em sala de aula.

3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

3.1 O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

O **planejamento pedagógico** constitui um eixo estruturante da organização escolar, pois reúne metas, objetivos, propostas educacionais, bem como aspectos administrativos e de gestão de recursos. Para que esse planejamento se concretize no cotidiano da escola, é essencial que ele seja construído de maneira participativa, envolvendo a comunidade escolar e promovendo uma gestão mais democrática e horizontal nas decisões relacionadas ao ano letivo.

Nesse sentido, torna-se fundamental compreender não apenas a realidade interna da escola, mas também o contexto em que ela está inserida. A partir dessa perspectiva, são ofertadas aos estudantes experiências e vivências que dialogam com o seu cotidiano, articulando os saberes locais a outros campos do conhecimento.

Com base nesse planejamento, a Escola Municipal Leôncio Horácio de Almeida organiza suas estratégias de ensino e aprendizagem. Quando são identificadas dificuldades no desempenho dos alunos, são ofertadas ações de reforço no turno integral, possibilitando a recuperação das aprendizagens dentro do mesmo ano letivo. Paralelamente, a equipe pedagógica orienta os professores para que, ao final de cada ciclo, os estudantes tenham desenvolvido as competências e habilidades previstas para suas séries, promovendo, quando necessário, a recomposição de aprendizagens anteriores.

O planejamento também ultrapassa os limites da sala de aula e abrange outros espaços educativos da escola, como o pátio, utilizado para ensaios e apresentações; a biblioteca, voltada à leitura, pesquisas, seminários e exibição de

filmes e documentários; o laboratório de informática; além de atividades externas em outros ambientes de aprendizagem.

Considerando que o planejamento pedagógico não é um instrumento estático, mas um processo dinâmico e passível de aprimoramento, são realizadas discussões periódicas com o objetivo de avaliar as práticas e propor melhorias contínuas para a escola.

A prática docente em sala de aula encontra respaldo no **Plano de Aula**, instrumento essencial da ação pedagógica, elaborado pelos professores nos horários destinados às Atividades Complementares, sob orientação da coordenação pedagógica.

O Plano de Aula assegura a organização do trabalho docente em conformidade com o Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM), alinhado ao Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Além de orientar a prática pedagógica, esse instrumento também fortalece a relação com as famílias, ao permitir que acompanhem de forma transparente, as aprendizagens que a escola oferece aos seus filhos.

Dessa forma, é imprescindível que os professores da Escola Municipal Leôncio Horácio de Almeida mantenham seus planos de aula atualizados e em consonância com os princípios curriculares da unidade de ensino, compartilhando-os com a coordenação pedagógica durante as Atividades Complementares e assegurando sua execução nos períodos estabelecidos.

3.2 TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS INSPIRADORAS

A Escola Municipal Leôncio Horácio de Almeida, inserida na rede municipal de Anguera-Ba, organiza seu trabalho pedagógico em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) e o Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM).

Esses instrumentos orientam a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) e subsidiam práticas que valorizam a formação integral do aluno, a contextualização dos conteúdos e a articulação do saber escolar com a realidade social local.

Entretanto, para além do cumprimento normativo, a Escola Municipal Leôncio Horácio de Almeida adota como inspiração a tendência pedagógica progressista na linha histórico-crítica, formulada por Dermeval Saviani, visando transformar a escola em um espaço de produção, socialização e apropriação crítica do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade.

A tendência pedagógica progressista histórico-crítica entende que “a função social da escola consiste na socialização do saber sistematizado, viabilizando a apropriação, por parte das camadas populares, dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos produzidos historicamente, como meio de compreensão e transformação da realidade” (SAVIANI, 2013, p. 71).

De acordo com Saviani (2013), a Pedagogia Histórico-Crítica surge como resposta às limitações de abordagens tecnicistas ou meramente pragmáticas da educação, defendendo que:

- A finalidade central da escola é socializar o saber sistematizado, possibilitando que todos os alunos se apropriem dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos produzidos historicamente.
- O currículo deve ser estruturado a partir de conteúdos essenciais, selecionados de forma intencional, e não apenas a partir de demandas imediatas ou espontâneas.
- A aprendizagem é vista como ato intencional, orientado pela mediação do professor, cuja função é transformar o conhecimento científico em conteúdo ensinável.
- O ensino deve partir da prática social dos alunos, problematizá-la com base nos conteúdos escolares e retornar a essa prática de forma transformada, contribuindo para a formação unilateral e a emancipação humana.

Essa perspectiva se alinha ao que Saviani (2013) chama de tendência progressista, pois entende a educação como prática social comprometida com a transformação da realidade, e não apenas com a adaptação do indivíduo a ela.

A adoção da linha histórico-crítica pela Escola Municipal Leôncio Horácio de não se dá em oposição aos marcos legais, mas sim em diálogo crítico com eles:

- A LDB (Art. 2º e 3º) estabelece a formação para o exercício da cidadania e o pleno desenvolvimento da pessoa, o que converge com a proposta savianiana de emancipação pelo conhecimento.
- A BNCC propõe competências e habilidades gerais que podem ser

incorporadas ao planejamento sem abrir mão do núcleo estruturante de conteúdos defendido por Saviani.

- O DCRB e o DCRM de Anguera valorizam a contextualização territorial e a interdisciplinaridade, princípios que, sob a ótica histórico-crítica, devem estar ancorados no rigor conceitual dos objetos de conhecimento escolares.

Assim, a escola integra as exigências formais à concepção de que a educação é ato político, exigindo um currículo sólido e uma prática pedagógica que forme sujeitos críticos.

A prática pedagógica na Escola Municipal Leôncio Horácio de Almeida sob a ótica histórico-crítica tendo como tendência progressista se expressa em aspectos como:

- **Planejamento intencional dos objetos de conhecimento**, priorizando saberes essenciais de cada área do conhecimento, com progressão lógica e articulada entre os anos.

- **Aulas dialogadas e problematizadoras**, partindo da realidade local de Anguera, mas conduzindo o estudante a um patamar de compreensão mais amplo, histórico e universal.

- **Articulação teoria-prática**, onde os conhecimentos trabalhados retornam à vida cotidiana dos estudantes em forma de compreensão crítica e capacidade de intervir na realidade.

- **Avaliação processual e diagnóstica**, que não apenas mensura habilidades, mas verifica a apropriação real dos objetos de conhecimento e a capacidade de aplicá-los em contextos diversos.

- **Formação continuada de professores** pautada no domínio dos objetos de conhecimento e na reflexão crítica sobre a prática.

Entre os desafios e potencialidades estão: garantir formação docente sólida para que os professores dominem tanto os objetos de conhecimento quanto a metodologia histórico-crítica, evitar que a BNCC seja aplicada de forma reducionista, priorizando competências sem sustentar-se em objetos de conhecimento robustos e criar condições de infraestrutura e tempo pedagógico para práticas interdisciplinares profundas.

Por outro lado, a adoção dessa tendência pedagógica fortalece a identidade da escola como espaço de emancipação, contribuindo para que os alunos da

comunidade de Anguera tenham acesso ao patrimônio cultural da humanidade, condição fundamental para o exercício pleno da cidadania.

3.3 A AVALIAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM

A avaliação, no contexto escolar, deve ser compreendida como um processo contínuo, sistemático e intencional que visa promover a aprendizagem dos estudantes e subsidiar a ação pedagógica dos professores. Longe de ser um instrumento punitivo ou classificatório, a avaliação precisa estar a serviço do desenvolvimento integral do aluno e da melhoria da prática docente. Como defende Luckesi (2011), "avaliar é um ato de amor e de compromisso com o crescimento do educando".

Dentro dessa perspectiva, destacam-se quatro modalidades fundamentais de avaliação: **diagnóstica, formativa, somativa e comparativa**.

A avaliação diagnóstica ocorre, geralmente, no início do ciclo letivo, de uma unidade ou de um conteúdo. Seu objetivo principal é identificar os conhecimentos prévios dos estudantes, suas dificuldades e potencialidades, possibilitando ao professor traçar estratégias pedagógicas mais eficazes.

A avaliação formativa é processual, contínua e orientada para o acompanhamento da aprendizagem durante todo o percurso escolar. Ela possibilita intervenções pedagógicas oportunas, permitindo que o estudante avance com autonomia.

A avaliação somativa ocorre ao final de um processo ou período de aprendizagem, com a finalidade de verificar o que foi aprendido em relação aos objetivos propostos. Ela se expressa por meio de notas ou conceitos e serve para tomadas de decisão institucionais, como promoção ou retenção.

Segundo Scriven (1967), a avaliação somativa é aquela que "sintetiza os resultados da aprendizagem, possibilitando julgamentos sobre a eficácia do processo". No entanto, seu uso deve ser equilibrado e articulado às demais formas de avaliação para que não reduza o estudante a números.

A avaliação comparativa analisa o desempenho do estudante em diferentes momentos ou em relação a determinados padrões (internos ou externos). Essa modalidade deve ser utilizada com cautela para evitar práticas classificatórias ou

excludentes. Como alerta Esteban (2002), "a comparação é válida se contribuir para a análise crítica do processo e para a tomada de decisões pedagógicas que respeitem as especificidades de cada realidade"

A avaliação para a aprendizagem deve reunir diferentes modalidades avaliativas de forma integrada e consciente, respeitando os tempos e os ritmos dos estudantes. A prática avaliativa deve ser coerente com os princípios do Projeto Político-Pedagógico da escola, orientada por critérios claros e voltada à valorização do percurso de cada aluno.

O **Conselho de Classe** da escola se torna um órgão permanente, pois além de se reunir no final do ano letivo, também se reúne, formalmente, ao mínimo por duas vezes no decorrer das etapas letivas, mais especificamente nos pré-conselhos definidos no Calendário Letivo da Rede Municipal.

O **plantão pedagógico** é um momento institucional previsto no calendário escolar, destinado ao diálogo entre escola, professores, estudantes e famílias, com o objetivo de acompanhar o processo de ensino e aprendizagem. Trata-se de uma estratégia que permite a escuta ativa das dificuldades, avanços e necessidades dos alunos, promovendo o alinhamento entre as ações pedagógicas e o percurso individual de cada estudante.

Durante o plantão pedagógico, os professores disponibilizam horários específicos para conversar com os responsáveis, apresentar os resultados das avaliações, discutirem o comportamento, o rendimento escolar e traçar estratégias conjuntas de apoio à aprendizagem. É, portanto, um espaço privilegiado de orientação, acolhimento e corresponsabilidade entre família e escola, contribuindo diretamente para o fortalecimento do vínculo escolar e a melhoria da qualidade do ensino.

Em conformidade com a legislação educacional vigente, as escolas da Rede Municipal de Ensino de Anguera são orientadas a planejar e implementar ações específicas de **recomposição da aprendizagem**, com foco nos estudantes que apresentam baixo rendimento nas avaliações. Essas ações têm como objetivo garantir o direito à aprendizagem, promovendo intervenções pedagógicas intencionais, contínuas e adaptadas às necessidades dos alunos, de modo a recuperar e fortalecer os conhecimentos essenciais não consolidados ao longo do processo escolar.

A recomposição é prevista em 3 momentos, a priori, a primeira no começo do ano focando nas habilidades que não foram atingidas e foram reveladas com a avaliação diagnóstica ; a segunda logo após o primeiro pré-conselho, onde é feito o levantamento da criticidade com base nos relatos dos professores, já o terceiro momento é feito logo após o segundo pré-conselho, dando assim a oportunidade desse aluno que não está atingindo de alguma forma as metas, conseguir que as habilidades e as competências sejam atingidas.

No que se refere à Avaliação do Rendimento Escolar na EJA, desde o Estágio I do 1º Segmento (equivalente ao 1º ano do Ensino Fundamental), a avaliação é expressa por notas que vão de zero a dez, seguindo os princípios da Avaliação Somativa. No entanto, os instrumentos avaliativos utilizados devem ser elaborados pelo professor com foco prioritário na Avaliação Formativa, que valoriza o processo de ensino e aprendizagem em sua totalidade, visando não apenas o domínio do conhecimento acadêmico, mas a formação integral do sujeito para o exercício pleno da cidadania.

Na **Educação de Jovens e Adultos** o estudante da EJA espera da escola uma prática pedagógica que dialogue com sua realidade de vida. Por isso, a avaliação de suas aprendizagens deve ir além dos conhecimentos acadêmicos ou sistematizados, valorizando também sua leitura de mundo, as experiências adquiridas ao longo da vida e o desenvolvimento de atitudes e habilidades necessárias à sua participação ativa na sociedade.

3.3.1 Distorção Idade x Série

Para corrigir alguns casos de alunos com atraso escolar que tinham mais de dois anos na mesma série, a Escola Municipal Leônicio Horácio de Almeida possui uma turma do Ciclo Juvenil de 8º/9º Ano desde o ano de 2023, para correção deste déficit.

É ofertada uma turma por ano com um quantitativo de até 10 alunos. Na turma de distorção idade x série os alunos na grande maioria possuem dificuldades no aprendizado e buscando sanar essas dificuldades os professores realizam atividades para tentar melhorar o déficit desses alunos e corrigir tais deficiências no aprendizado, para que os estudantes possam adquirir as competências e habilidades necessárias para a série na qual estão inseridos.

Considerando que muitos alunos dessa turma enfrentam dificuldades no aprendizado, a adoção de metodologias diferenciadas e atividades direcionadas pelos professores se torna essencial para proporcionar uma recuperação efetiva dos conteúdos. Esse esforço é fundamental para que esses estudantes não apenas adquiram as competências esperadas para sua série, mas também possam se sentir mais confiantes e motivados em seu processo de aprendizagem.

3.3.2 Recomposição da Aprendizagem

A recomposição de aprendizagem é compreendida como um processo pedagógico contínuo, articulado e coletivo, que busca garantir o direito à aprendizagem de todos os estudantes, respeitando o ritmo individual e as necessidades específicas identificadas no percurso escolar.

Com base nas diretrizes para a avaliação da aprendizagem e o rendimento escolar, cumprindo a legislação educacional, as escolas da Rede Municipal de Ensino de Anguera são orientadas a planejar e executar ações de Recomposição da Aprendizagem voltadas há alunos com baixo rendimento e que não consolidou as habilidades e competências adquiridas na etapa letiva.

Em nossa escola a Recomposição acontece em três períodos, no início do ano letivo, ao final da primeira etapa letiva, e no final da segunda da segunda etapa, priorizando as competências e as habilidades não consolidadas.

Na prática, a articulação acontece da seguinte forma:

1. Diagnóstico inicial e contínuo: A equipe docente realiza avaliações diagnósticas e formativas, identificando as habilidades e competências não consolidadas pelos estudantes. Esses dados são analisados em reuniões pedagógicas e nas Atividades Complementares (AC's), possibilitando a definição de estratégias de intervenção.

2. Planejamento pedagógico diferenciado: A partir das evidências coletadas, os professores elaboram planos de aula que integram atividades de revisão, retomada dos objetos de conhecimento e aprofundamento de aprendizagens essenciais, conforme a BNCC e o DCRM Municipal. Essas ações podem incluir sequências didáticas específicas, atividades lúdicas, metodologias ativas e uso de tecnologias educacionais.

3. Organização do tempo e espaços escolares: A recomposição ocorre de forma integrada à rotina escolar, mas também por meio de momentos específicos, como aulas de reforço ofertadas em projetos institucionais e em horários diversificados definidos pela gestão. Além disso, utilizam-se espaços pedagógicos da própria escola, como a sala de leitura, a sala de informática, a horta escolar e a rádio escolar, ampliando possibilidades de aprendizagem significativa.

4. Acompanhamento contínuo e devolutivo: A equipe gestora e a coordenação pedagógica monitoram os resultados por meio de conselhos de classe, reuniões de acompanhamento e análise das avaliações. Os estudantes recebem devolutivas individualizadas e são orientados a assumir papel ativo em seu processo de aprendizagem, fortalecendo sua autonomia.

5. Parceria com a família e comunidade: A recomposição também envolve diálogo permanente com pais e responsáveis, orientando-os sobre o processo de aprendizagem e estimulando sua participação na vida escolar, em consonância com o princípio da gestão democrática e da corresponsabilidade educativa.

O **Projeto Alfabetiza** foi oficialmente lançado em 2025 pela Secretaria Municipal de Educação de Anguera com o foco principal na leitura, escrita e letramento dos alunos do Ensino Fundamental Anos iniciais e finais. Trata-se de uma força-tarefa implementada em todas as escolas da rede municipal, com o objetivo de intensificar as estratégias pedagógicas voltadas à consolidação da alfabetização.

Essa iniciativa foi anunciada como parte das ações imediatas para elevar o desempenho dos alunos, especialmente após a constatação de que apenas 55,95% das crianças estavam alfabetizadas na idade certa (final do 2º ano), número divulgado no Seminário do Sistema Baiano de Avaliação (SABE) em julho de 2025.

Dentro do Projeto Alfabetiza, diversas ações relevantes foram implementadas para apoiar a alfabetização efetiva. Destacam-se:

(1) a **Recomposição da Aprendizagem**, que prevê momentos de retomada paralela ao calendário letivo para reforçar habilidades não consolidadas;

(2) a utilização do **Sistema Integrado de Gestão da Aprendizagem (SIGA)**, com avaliações diagnósticas em Língua Portuguesa e Matemática, aplicadas em etapas usando os resultados para orientar o planejamento pedagógico individualizado;

(3) e o **Projeto de Intervenção Pedagógica** em algumas escolas, com professores alfabetizadores específicos dedicados a acompanhar de perto alunos com dificuldades na leitura, escrita, letramento e alfabetização matemática, em estreita articulação com as famílias.

Assim, a recomposição de aprendizagem se efetiva como um trabalho articulado, que combina diagnóstico, planejamento intencional, práticas pedagógicas diferenciadas e acompanhamento sistemático, assegurando que todos os estudantes avancem em seu percurso formativo e tenham garantido o direito de aprender.

3.4 TEMAS INTEGRADORES

Os temas integradores são trabalhados de forma interdisciplinar dentro do ambiente escolar envolvendo estratégias diversas de acordo aos segmentos e modalidades de ensino.

Educação em Direitos Humanos: As estratégias e ações desenvolvidas dentro do ambiente escolar devem perpassar por todas as áreas do conhecimento e também envolver todos os Componentes Curriculares. Levando o aluno a compreender melhor o mundo a sua volta e apropriar-se mais sobre seus respectivos direitos e deveres. Nessa perspectiva o Leôncio trabalha com os alunos de forma bem objetiva, explicando e orientando os educandos sobre seus principais direitos e deveres.

Dentro do ambiente escolar os alunos devem aprender de maneira ampla a conhecer a maioria desses direitos. Como ter acesso à atendimentos com profissionais para tratar das diversas situações envolvendo o aluno, tanto no que diz respeito ao emocional, social e intelectual, tendo o acompanhamento sempre que necessário de psicólogos, assistentes sociais, conselho tutelar e especialista das áreas diversas e dos grupos de colaboradores da rede, responsáveis pela busca ativa dos educandos sempre que solicitado. Atentando-se para que o acompanhamento desses profissionais, sabendo da realidade do nosso entorno é necessária uma homogeneização desses atendimentos tão pertinentes ao nosso público e seja intensificado de maneira mais ampla que envolva toda comunidade escolar.

Em sala de aula pode ser trabalhado um comparativo sobre os direitos humanos desde a antiguidade aos dias atuais, através de debates, seminários, rodas de leitura, trabalhando os principais direitos e deveres, suas funções e a importância de respeitar e seguir o que deve ser feito por todos diante da sociedade, fazer faixas para mobilizar toda a escola explorando tal tema, mostrando vídeos, imagens.

Dessa forma a educação estará preparando o aluno para conviver em sociedade, sendo inseridos como agente gerador de ideias, argumentos, com opinião formada sobre os mais diversos temas favorecendo esse fortalecimento e aguçando a busca mais latente desses direitos como que traz aprovação da BNCC, que temos de oferecer materiais pautados nos direitos humanos, principalmente na abordagem das competências socioemocionais, sobretudo na empatia.

Educação para a Diversidade: A diversidade na Educação é algo que precisa ser trabalhado de forma mais intensa dentro da escola. Os alunos precisam entender e aprender a respeitar as diferenças entre os indivíduos. No Leônicio temos alunos com características diversas e nós enquanto escola precisamos incluir estes educandos de modo que sejam respeitados por todos independente da sua etnia, religião, classe social ou gênero.

O trabalho pedagógico deve ser desenvolvido e pautado nesse contexto de maneira permanente, inclusiva e intensa. Através de atividades interdisciplinares, rodas de conversa, trabalhar com artes e gêneros textuais diversos que abordam essa temática, atividades envolvendo a diversidade cultural panfletos, explorar a cultura local, e ações internas de conscientização sobre respeito à diversidade. Por fim, é sempre relevante lembramos aos nossos estudantes, independente do componente curricular que a diversidade está intrínseca em nosso dia a dia.

É na multiplicidade que encontramos oportunidades de aprendizagem e da prática de empatia, inteligência emocional e a compreensão total das questões diversas que nos cercam.

Educação para o Trânsito: A educação para o trânsito deve ser trabalhada dentro da escola de maneira abrangente e informativa, falando sobre as leis, cuidados e infrações correspondentes a este tema integrador. Mesmo a escola Leônicio estando localizada em uma comunidade rural, se faz necessário a conversa sobre tal questão, pensando no educando além de sua comunidade. Devem ser apontados dentro deste tema alguns assuntos referentes a respeito, a gentileza, as

informações sobre condutas e tolerância.

Ao trabalhar este tema devemos pensar na perspectiva das regras de trânsito e levar para sala de aula, atividades contextualizadas de acordo ao que é exigido dentro das normas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Além disso, falar também sobre o autocontrole e empatia, envolver todos os componentes curriculares para explorar tais temas. Dentro da matemática falar sobre estatística, levantamento de dados sobre acidentes construindo assim gráficos e tabelas sobre essas informações. Nossa escola contribui de forma muito significativa na construção dos valores dos alunos, formando cidadãos conscientes para enfrentar a vida e os desafios em sociedade.

A escola procura desenvolver um trabalho pautado na valorização da vida, orientando o seu alunado sobre o respeito referente às leis de trânsito, através de vídeos educativos. Intenta-se que a parti de agora tenhamos palestras de conscientização, atividades na teoria e na prática, envolvendo a comunidade fazendo todos refletir sobre a importância do uso frequente do cinto de segurança. Redobrar os cuidados e atenção no que diz respeito ao utilizar, a faixa de pedestre, o semáforo, o celular que é uma das maiores causas de acidentes no trânsito.

A realidade do trânsito nas cidades muda de acordo com a proporção do município. Em Anguera tem-se um trânsito pacífico tendo em vista o tamanho da cidade, a qual possui algumas faixas de pedestre, mas não sendo necessário o uso de semáforo, sendo o transporte na modalidade alternativa na locomoção para as comunidade e linhas de ônibus nas viagens interurbanas. A sinalização dela atende ao que é prescrito pelas leis de trânsito no que diz respeito às vias urbanas. (ANGUERA, 2022, p. 54).

Nas estradas que compõem as comunidades rurais do município, na sua grande maioria são de terra batida, no entanto, em boas condições de tráfego, exceto quando as chuvas se fazem constantes no município, por meio da qual surgem muitos buracos, porém, logo são reparadas no período de estiagem. (DCRM, 2022, p. 54).

De acordo com o Art. 74, do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) “ A educação para o trânsito é o direito de todos e constitui dever prioritário para os componentes do sistema Nacional de Trânsito”. E segundo o DCRM, dessa maneira entende-se que para formar o cidadão para o trânsito, faz-se necessário, a priori, a transformação de posturas/hábitos contraídas ao longo dos anos e a formação dos

novos cidadãos, para que assim, possa se ter um ambiente urbano de qualidade.

Saúde na Escola: A saúde é um direito de todos na sociedade. Fazendo valer estes direitos a nossa escola Leônicio em parceria com a Secretária de Saúde, as Unidades Básicas de Saúde (USF) e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), trabalham juntos diversas atividades voltadas para a saúde dos moradores e alunos da comunidade durante todo ano letivo, realizando ações voltadas para a higienização bucal e corporal, atualização de cartões de vacinas e atendimentos médicos. Desenvolvendo ações que garantem para os nossos educandos o direito a uma vida mais saudável e ter acesso não somente aos atendimentos básicos, mas também aos necessários.

Por se tratar de uma escola localizada em uma comunidade rural e carente é preciso que ocorram constantemente atividades desse tipo para orientar. Exercendo um papel primordial nesse processo nossa Escola, pensando sempre no bem estar do discente, busca sempre atender as demandas da comunidade escolar, com marcação de exames variados com solicitação médica, quando sinalizado através de observações feitas pelo corpo escolar.

Essas ações precisam ser intensificadas através de roda de conversas, palestras, feira de saúde, atividades sequenciadas sobre hábitos de higiene, alimentação saudável, levando para as práticas pedagógicas como troca de experiências realizadas por profissionais específicos, tentando da melhor forma possível motivar toda comunidade escolar.

Segundo o DCRM:

Ainda como intervenções pontuais nos serviços de saúde preveem-se a necessidade de contratação de mais profissionais como: psicólogos, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional e fonoaudiólogo, médicos especialistas e enfermeiros para promover o bem-estar físico e mental da comunidade como um todo, abrindo um adendo e direcionando esse enfrentamento à comunidade escolar, onde os envolvidos serão envolvidos em programas de saúde tais como: prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, prevenção e controle da Dengue/Chikungunya/Zika vírus e outras arboviroses; prevenção ao uso do álcool, tabaco e outras drogas; promoção de hábitos e atitudes saudáveis; saúde sexual e saúde reprodutiva; prevenção de doenças imunopreveníveis, entre outras, contribuindo, assim, para a formação integral dos estudantes. (DCRM, 2022. p. 56).

Educação Ambiental: A Educação Ambiental (EA), um dos Temas Integradores sugerido pela BNCC, é definida pela Lei Estadual nº 12.056/2011, como o conjunto de processos permanentes e continuados de formação individual e coletiva para sensibilização, reflexão e construção de valores, saberes,

conhecimentos, atitudes e hábitos, visando o desenvolvimento de uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que integra principalmente no que concerne à fauna, à flora e aos recursos hídricos. (ANGUERA, 2022, p. 57).

Todos nós temos direito à educação ambiental, ela é um fator predominante para a humanidade, mas, para isso é preciso a conscientização e preservação do meio ambiente, que vêm sofrendo com a poluição e o desmatamento, por ser um bem comum a todos, devemos ter consciência, ação e atitudes de boa conduta.

Diante disso a educação ambiental é um tema integrador, que deve estar incluso em todos os níveis das modalidades educacionais em caráter transversal, trazendo uma reflexão para que busque trabalhar desde cedo em suas práticas pedagógicas, valores e atitudes em respeito ao meio ambiente que está sendo degradado.

Nesse sentido é de grande relevância trabalhar com os alunos a importância do meio ambiente em nossas vidas porque é através dele que extraímos os seus recursos como forma de sobrevivência, para uma relação sustentável e equilibrada.

Sabemos que um dos jeitos mais simples de levar educação ambiental à comunidade é pela ação direta dos professores na sala de aula e em atividades extracurriculares que abordem com veemência o tema meio ambiente e todo o seu conjunto de diversidade que o compõe.

A Escola Leônicio Horácio de Almeida busca junto a todos, trabalhar com o meio ambiente e desenvolver atividades que contemple o ensino voltado para a realidade e vivência dos alunos: a preservação do meio ambiente, reaproveitamento, restos de alimentos domésticos que podem ser transformados em compostagem, pesquisas, reciclagem do lixo, mini hortas com recursos próprios, degradação do meio ambiente e o desmatamento, aula de campo e a exploração do meio ambiente no entorno da Escola.

Educação Financeira e para o Consumo: A Educação Financeira é um dos temas integradores que deve ser trabalhado de maneira interdisciplinar, conscientizando os alunos sobre a importância dos cuidados em relação ao consumo exagerado de produtos e a valorização do dinheiro, para que todos aprendam a não gastar de forma descontrolada comprometendo assim a sua renda e economia.

Para que nossos alunos se tornem um adulto financeiramente responsáveis, devemos mostrar a importância de ser e não do ter. Nossa Escola realiza atividades

que envolvam o valor dos produtos, e avaliar através das informações apresentadas nas embalagens, o que é necessário saber antes do consumo desses alimentos.

Trabalhar com pesquisa de preços, elaborar gráficos e tabelas com os resultados, fazendo listagem do mais caro e do mais barato.

É necessário levar para a sala de aula metodologias como atividades lúdicas e motivadoras que leve o aluno a uma reflexão crítica. Montar comércio fictício utilizando rótulos de produtos para manusear o dinheiro de forma correta orientando a todos sobre a importância da economia para uma vida equilibrada.

É através do Componente Curricular Empreendedorismo Local Regional que questões como essa devem ser abordados para conscientizar a comunidade escolar, sensibilizando a todos para mudanças de hábitos de consumo bem como propiciar aos indivíduos, alternativas para a reutilização de produtos.

Cultura Digital: Nossos alunos já nascem imersos no mundo digital, as diferentes tecnologias fazem parte do cotidiano de todos. Essa ferramenta se faz presente em várias áreas do conhecimento na sociedade, dentro da Escola não é diferente, precisamos nos adequar para que a utilização da mesma ocorra de forma frequente e que venha a contribuir com ensino-aprendizagem.

De acordo com o DCRM, a transformação da materialidade dos bens culturais analógicos em dados codificados digitais, representa uma alteração significativa nos processos de produção, reprodução, distribuição e armazenamento dos conteúdos simbólicos, a cultura digital expressa a mudança de uma era, exigindo do contexto escolar ações integradoras de cunho digital como preconiza a BNCC.

Pensando nessa conjectura, Silva e Anecleto (2019, p.129) enfatizam que:

A escola, no contexto das TIC, das mídias digitais, é desafiada a constituir-se como espaço de formação de sujeitos capazes de responder às questões complexa da vida familiar e social, com capacidade crítica, olhares múltiplos, consciência histórica. E isso não se faz sem a necessária formação do sujeito emancipado.

Ainda para o DCRM de Anguera, desse modo, a inserção do ensino digital nas escolas deve ultrapassar o campo do manejo tecnológico, adentrando de maneira ampla no campo da vida social, pois essa é a função primeira da instituição escolar, e no que concerne a adoção das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação – TDCI's como estratégias de ensino-aprendizagem, não pode se dar de forma diferente.

Sendo assim, utilizando esses recursos na prática, às aulas poderão ficar

bem mais atrativas e dinâmicas, despertando no alunado um interesse maior e tornando o ensino e trabalho desenvolvido pelo professor em algo mais inovador e produtivo. Atualmente com mais intensidade os educadores da Escola Leôncio Horácio de Almeida fazem uso dos recursos tais como: o uso de data show, com alguns aplicativos educativos, vídeos educativos, o celular como ferramenta para pesquisa, promover concursos e debates utilizando as redes sociais para divulgação e rodas de conversas para comentar sobre diversos temas que circulam nas redes sociais e que são pertinentes no cotidiano dos alunos.

Educação Fiscal: O ensino de Educação Fiscal dentro do contexto escolar tem uma relevância muito ampla, pois ela promove ao aluno a compreensão e a participação na sociedade, gerando consciência econômica e práticas voltadas à cidadania.

Para o DCRB, a educação fiscal é defendida como processo educativo que visa à construção de uma consciência voltada ao exercício da cidadania, objetivando a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle social e fiscal do Estado, estabelecendo como norteadores de suas práticas os seguintes princípios: Éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum; Estético da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais; Político dos direitos e deveres da cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. Princípios estes que se apresentam como promotores da articulação entre os campos do conhecimento e os aspectos da cidadania.

Através desse tema integrador devemos trabalhar sobre situações comuns como os impostos e tributos, levando os alunos refletir a respeito e entender os contextos históricos, sociais e econômicos. A educação fiscal ela deve ser trabalhada em sala de aula através de: debates, discussões sobre direitos e deveres, textos e panfletos informativos, pesquisas, vídeos explicativos, realização de pesquisas junto ao mercado da região sobre os impostos dos produtos, comparação das notas fiscais dos produtos, incentivo a preservação do patrimônio público.

A Escola Leôncio Horácio de Almeida pretende junto com a comunidade escolar, intensificar as práticas da educação fiscal junto ao alunado com o objetivo de formar cidadãos participativos desenvolvendo valores e atitudes, competências e habilidades necessárias ao exercício dos direitos e deveres na condução da vida

social e nas relações humanas.

Parte Diversificada: A parte diversificada busca respeitar e valorizar as características locais e regionais e para isso é necessário que nós, educadores enquanto escola em suas práticas pedagógicas explore dos alunos suas vivências, assim como também suas experiências existentes no cotidiano, pois, há em nossos discentes valores e saberes culturais diversificados historicamente construídos pelas gerações no meio do qual ele vive.

Para isso, é de fundamental importância favorecer aprendizagem estimulante e contemplar no currículo escolar a diversidade humana, a história de vida que cada aluno traz consigo sua cultura, seus valores, suas diferenças, respeitando-os e constituindo um ambiente escolar favorável a igualdade como espaço promotor de afetos, acolhimento, curiosidade, autonomia, inclusão, inovação, produção e fruição da arte, da cultura e da ciência, levando os nossos alunos tornarem cidadãos integrados na sociedade responsabilidade.

3.5 AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC'S)

As atividades complementares, previstas no Estatuto da Carreira do Professor Municipal, constituem-se em ações pedagógicas desenvolvidas pelos docentes fora do tempo destinado às aulas regulares. Elas englobam o planejamento, a preparação de materiais didáticos, a elaboração de avaliações, o acompanhamento do rendimento dos estudantes e a participação em reuniões pedagógicas e de formação continuada. Assim, visam assegurar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, fortalecendo a prática docente e garantindo que o trabalho em sala de aula esteja articulado com os objetivos educacionais da rede municipal.

Além das tarefas de planejamento e avaliação, as atividades complementares também abrangem a participação dos professores em conselhos de classe, encontros de formação, projetos interdisciplinares e ações voltadas ao desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico da escola. Essa dimensão do trabalho docente reforça o caráter coletivo e colaborativo da prática pedagógica, permitindo que os educadores compartilhem experiências, discutam estratégias de ensino e construam alternativas para superar os desafios encontrados no cotidiano escolar.

Desse modo, as atividades complementares, ao serem regulamentadas no

Estatuto da Carreira Municipal, reconhecem a docência como uma função que vai além da regência em sala de aula. Elas asseguram o direito do professor a um tempo específico de dedicação ao planejamento e à formação, ao mesmo tempo em que reforçam o compromisso da rede municipal com uma educação de qualidade. Essa organização contribui para a valorização do magistério, para a melhoria dos resultados educacionais e para a construção de uma escola democrática, participativa e alinhada às necessidades dos estudantes e da comunidade.

As AC's visam ampliar as possibilidades de planejamento dos professores e aprimoramento das práticas pedagógicas, podendo contar como carga horária letiva. A normativa assegura a autonomia pedagógica da gestão escolar em articulação com a coordenação pedagógica e o corpo docente da unidade escolar, além de orientar o planejamento, a avaliação e a convalidação das atividades.

As AC's na Escola Municipal Leôncio Horácio de Almeida segue o que está estabelecido na Rede Municipal de Educação, acontecem semanalmente, e é organizada por área do conhecimento da seguinte forma:

Ensino Fundamental I.

- SEGUNDA-FEIRA (VESPERTINO)
- QUARTA-FEIRA (MANHÃ)
- QUINTA-FEIRA (MANHÃ E TARDE)

Ensino Fundamental II a Nível de Rede.

- QUARTA-FEIRA – MATEMÁTICA E CIÊNCIAS;
- QUINTA-FEIRA – LINGUAGENS (Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte, Educação Física);
- SEXTA-FEIRA – CIÊNCIAS HUMANAS (História e Geografia) e ENSINO RELIGIOSO.

Educação de Jovens e Adultos – Segmentos I e II

SEGMENTO I

- SEGUNDA-FEIRA - EJA I

SEGMENTO II

- SEGUNDA-FEIRA – NOTURNO
- TERÇA-FEIRA – VESPERTINO
- QUINTA-FEIRA- VESPERTINO

De forma esporádica, desde que não se torne habitual, a gestão da escola e a coordenação pedagógica contabilizam a carga horária da AC cumprida fora do ambiente escolar, quando há necessidade de elaboração das atividades avaliativas.

Existem momentos em que o cumprimento da AC ocorre em nível de formação continuada em atividade promovida no âmbito da rede municipal, sendo a convocação feita pela Secretaria Municipal da Educação, obedecendo os respectivos dias referentes as áreas de conhecimento.

3.6 PERFIS ESPERADOS DO PROFESSOR E DO ALUNO

Perfil da Docência: O professor tem um papel importante no ambiente escolar, exercendo sua função social e política. A Escola Leôncio Horácio de Almeida tem como principal meta e objetivo que o perfil dos docentes que aqui trabalham seja de um professor que possua os seguintes quesitos:

Mediador: Que conhece saberes valoriza os conhecimentos prévios dos alunos trabalhando de acordo a realidade do mesmo, intensificando e respeitando a cultura e comunidade que os alunos estão inseridos.

Conhecedor: Participando em todo processo ensino e aprendizagem, comprometidos com sua própria formação continuada, responsável e que possa cumprir, com a entrega de seus trabalhos dentro dos prazos estabelecidos pela coordenação e direção.

Responsável: Professor que é responsável em seu trabalho, sendo pontual cumprindo com todos os horários e regras explícitas pela escola, participando de todos os eventos realizados dentro e fora do ambiente escolar, reuniões, e toda e qualquer situação que haja a necessidade da presença do professor.

Comprometidos: Com a proposta pedagógica da instituição, respeitando tudo que é proposto pela rede, em relação às metodologias e práticas no ensino, e favorecendo um ambiente escolar acolhedor, para que todo o processo de ensino e aprendizagem possa ocorrer de maneira significativa e prazerosa.

Pesquisador: Procurando sempre através de pesquisa aprimorar seus conhecimentos, está sempre atento as discussões, descobertas e inovações, contextualizando esses elementos para ressignificar sua prática através das estratégias metodológicas.

Colaborador: Que troca ideias e experimento de forma prática, se

envolvendo na criação de projetos, trabalhando em equipe.

Reflexivo: Pensa sobre sua prática, reavalia constantemente seu trabalho, buscando sempre melhorar de acordo ao processo de aprendizagem dos alunos.

Ético: Agindo conforme um conjunto de princípios e valores, refletindo a respeito das normas e metodologias que norteiam a conduta humana na sociedade.

Provocador/estimulador: Percebe as fragilidades dos alunos encorajando a todos para enfrentar as dificuldades, quando ao longo do percurso de sua formação escolar, para desenvolver suas habilidades e atitudes, problematizando os objetos de conhecimento para que o aluno reflita e compreenda, utilizando sempre o senso crítico e os desafios como obstáculos a serem ultrapassados.

Inovador: Utiliza das novas tecnologias e da informação, para dinamizar sua prática e o trabalho realizado, fazendo uso de todos os recursos disponíveis de forma inovadora, para assim tornar as aulas mais prazerosas e atrativas.

Perfil do Estudante: Os alunos da Escola Leôncio Horácio de Almeida são estudantes do Povoado de Guaribas e de comunidades circunvizinhas são elas: Mussuca, Laje, Jacobina, Riachão, Cajá, Cavaleiro e Roçado. Os estudantes atendidos pela escola são integrantes de famílias humildes, com pouca escolaridade, de baixa renda e que vivem da agricultura.

Grande parte desses alunos depende do transporte escolar para chegar até a escola e muitos deles não possuem acervos de livros e ou obras literárias, utilizam apenas os livros didáticos oferecidos pela escola, e alguns deles quando se interessam em leitura leva para suas residências livros da sala de leitura existente na escola, isso acontece com uma minoria.

A maioria junto aos seus familiares estão inseridos em programas do governo como: o cadastro único e auxílio Brasil. Tem suas marcas identitárias de um contexto cultural amplo e diversificado com base na cultura familiar e local, respeitando o modo de pensar e agir. Enquanto escola precisamos levar os nossos alunos a ser pesquisador, capaz de observar, questionar, investigar e interagir com o meio de forma crítica e autônoma sendo sujeito ativo, participativo, responsável tendo opinião própria, com princípios e valores.

4. ETAPAS DO ENSINO

4.1 ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Fundamental corresponde a fase mais longa da Educação Básica, contendo duração de nove (09) anos. É preciso ser visto com atenção pelas escolas, pois, é uma fase em que as crianças ainda precisam de cuidados e atenção por serem ainda pequenas, mas, é dessa etapa em que eles vão pausadamente amadurecendo até se tornar um adolescente, formando a sua mente e adquirindo conhecimentos de mundo.

O Ensino Fundamental atende desde crianças até adolescentes, em sua trajetória compreende duas fases: Anos Iniciais, que vai do primeiro ao quinto (1º ao 5º) ano, sendo faixa etária de idade dos seis aos dez (6 ao 10) anos e Anos Finais: do sexto ao nono (6º ao 9º) ano, considerada como faixa etária de idade dos onze aos quatorze (11 ao 14) anos.

A Portaria SEC Nº 002/2010, que regulamentou o Ensino Fundamental de nove (09) anos, na Rede Municipal de Ensino de Anguera, estabeleceu o currículo para os 09 anos do Ensino Fundamental deverá garantir às crianças e adolescentes:

- I – O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II – A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores que fundamentam a sociedade;
- III – a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV – O fortalecimento dos vínculos da família, dos laços da solidariedade humana e do respeito recíproco em que se assenta a vida social. (Artigo 13, da Portaria SEC Nº 02/2020).

O ensino fundamental de nove anos é referenciado de acordo o Documento Curricular Referencial do Município (DCRM), que foi construído em referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), devendo garantir as dez competências de ensino articulando no currículo e a prática durante toda etapa de ensino.

O processo ensino-aprendizagem se dar a partir dos objetos do conhecimento, fortalecendo o planejamento com suas práticas em sala de aula a fim de contemplar as habilidades essenciais dos nossos educandos como: o domínio da leitura e escrita, cálculos matemáticos, a compreensão do ambiente natural e social,

o fortalecimento dos vínculos familiares, o desenvolvimento das habilidades emocionais.

Ressalta-se que o Plano Municipal de Educação (PME) de Anguera prevê a universalização do Ensino Fundamental para crianças, adolescentes e jovens:

META 11 – universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME. (PME ANGUERA, LEI Nº 186, de 22 de junho de 2015).

Sendo assim, segundo o que relata a meta dois do PME do município de Anguera, “a universalização do Ensino Fundamental engloba as crianças, adolescentes e jovens para que concluam os seus estudos na idade certa”. Para isso, é preciso que a nossa escola adote o currículo que promova a oferta de ensino favorável os componentes da Base Nacional Comum Curricular, com a transversalidade, envolvendo conhecimentos locais e regionais a fim de garantir em nossos educandos uma aprendizagem eficaz.

4.1.1 Anos Iniciais

Nos anos iniciais, do Ensino Fundamental devemos considerar que a aprendizagem nessa etapa requer cuidado e atenção, ainda nesse processo a criança precisa estar sendo garantida a sua alfabetização de fato. É importante ressaltar que os interesses e necessidade das crianças no processo de desenvolvimento da aprendizagem precisa levar em conta sempre a escrita, leitura e cálculo, a percepção dos valores pessoais e sociais, compreensão de solidariedade, assim como valorizar a ampliação da visão de mundo levando em consideração o seu local de vivência.

A BNCC do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimento. (BRASIL, 2018, p. 57).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), define que a alfabetização das crianças deverá ocorrer até o 2º Ano do Ensino Fundamental, para que isso aconteça, a Escola precisa acolher as crianças, trabalhando de forma dinâmica, valorizando os conhecimentos prévios dos alunos, respeitando o tempo de desenvolvimento de cada criança, desenvolvendo um trabalho focado na realidade de cada turma, utilizando a leitura de forma lúdica para que se torne algo prazeroso para os alunos, o professor deve sempre deixar livros a disposição na sala de aula, usar a musicalidade para alfabetizar a criança tornando o ensino algo bastante significativo para o desenvolvimento pleno na aprendizagem dos educando.

Especificamente nos dois primeiros anos, primeiro e segundo (1º e 2º) ano, o processo de alfabetização deve ocorrer por meios de ações pedagógicas a fim de que as crianças se apropriem do sistema de escrita alfabética englobando as habilidades de leitura e escrita, o cálculo matemático de forma a articular as práticas do letramento. Nos demais anos: terceiro, quarto e quinto ano (3º, 4º e 5º) ano, deve-se envolver fortalecendo práticas de linguagens, da autonomia intelectual, bem como relação com a natureza, com as tecnologias, a arte e cultura para a consolidação das diversas aprendizagens.

Nos anos iniciais é de grande importância desenvolver um trabalho alinhado às práticas pedagógicas de qualidade voltada para a ludicidade, um ambiente motivador que seja organizado e atrativo focado nos interesses e necessidades de aprendizagem dos mesmos, respeitando as especificidades de cada criança na sua etapa educacional, valorizar suas vivências a fim de promover significado ampliando as operações cognitivas e assim poder desenvolver o trabalho pautado na consolidação de suas aprendizagens.

De acordo o DCRM:

Na oferta do Ensino Fundamental, as escolas da rede Municipal terão currículo fundamentado neste presente documento, promovendo a oferta dos componentes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), inscrito de forma transversal, conhecimentos locais e regionais que contemplam a parte diversificada. (DCRM, 2022, p. 106).

4.1.2 Anos Finais

Os anos finais ocorre do sexto ao nono (6º ao 9º) ano, com alunos em idade entre os onze a quatorze (11 a 14) anos. Tendo como premissa básica a consolidação das múltiplas competências do Ensino Fundamental, de forma a

assegurar aos estudantes a promoção ao Ensino Médio. Devemos considerar que nessa etapa a aprendizagem está focada no desenvolvimento do aluno levando em consideração o conhecimento do objeto de estudo embasado no que se refere os componentes curriculares, para assim preparar os mesmos para o ensino médio, é fundamental orientar e despertar nos alunos uma visão mais sistêmica dos estudos.

É necessário conhecer verdadeiramente os indivíduos que compõem a sala de aula a fim de promover um ensino que de fato seja integrador, articulado às particularidades de cada indivíduo, buscando o aprimoramento das qualidades já existentes e afluindo a ampliação do conhecimento. Por isso, na prática pedagógica, o diagnóstico evita uma ruptura no processo de construção e desenvolvimento de aprendizagens, isso porque os novos professores passam a ter propriedade acerca dos conhecimentos prévios de seus alunos.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica:

[...] é também durante a etapa da escolarização obrigatória que os alunos entram na puberdade e se tornam adolescentes. Eles passam por grandes transformações biológicas, psicológicas, sociais e emocionais. Os adolescentes nesse período da vida modificam as relações sociais e os laços afetivos, intensificando suas relações com os pares de idade e as aprendizagens referentes à sexualidade e às relações de gênero, acelerando o processo de ruptura com a infância na tentativa de construir valores próprios. (BRASIL, 2013, p. 110).

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) ampliam seus direcionamentos para os adolescentes, apontando para o aprimoramento das suas possibilidades intelectuais, focando no desenvolvimento da capacidade de raciocínios mais abstratos.

É de extrema importância desenvolver o trabalho de acordo o que referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), levando em consideração as dez competências a fim de garantir uma aprendizagem efetiva em nossos alunos.

4.1.3 Transição do 2º Ano para o 3º Ano

A transição escolar é um período de mudança e continuidade dos estudos, é através da transição que as mudanças vão surgindo, está precisa ocorrer de forma bem acolhedora desde a forma do espaço físico e arrumação da sala de aula, a rotina nos primeiros dias precisa ser ainda com algumas estratégias pedagógicas,

do ano anterior com atividades voltadas a lúdico levando em consideração algumas habilidades em que o aluno não consolidou.

Desde a educação infantil a criança é estimulada a desenvolver suas aprendizagens, sabemos que ainda nessa etapa ela pode ou não estar alfabetizada, e é preciso que o ciclo da alfabetização esteja em plena consciência que o primeiro e segundo ano, assegure na criança esse direito garantido de poder consolidar a alfabetização nesses dois ciclos, desse modo tem por finalidade o pleno dever no acompanhamento do desenvolvimento das competências e habilidades dos estudantes em seu primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental.

Sendo que no segundo ano, o aluno precisa avançar em sua alfabetização na área de linguagem e matemática, dominando os cálculos, ler, interpretar e escrever, assim como conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos sociais, estabelecer relações entre o meio ambiente, identificar diferenças entre seres vivos e não vivos, explorar as mais diversas manifestações cultural e corporal, comparar grandezas e reconhecer o sistema de numeração decimal, estimulando a sua criatividade e expressão.

Para consolidar a aprendizagem, deve haver a interação dos alunos, e o senso crítico do mesmo, o professor precisa trabalhar com a troca de experiência e estimular a participação dos alunos utilizando a forma lúdica e atrativa para o envolvimento de toda turma, sendo que é necessário um olhar atento para que os alunos cheguem no terceiro (3º) ano e possa consolidar suas aprendizagens de forma satisfatória para os anos subsequentes.

É notório que nesse período de transição os alunos, da escola Leôncio, já têm se familiarizado com os colegas, assim como os professores durante o ano anterior o que requer dos educadores mais, dedicação e entrelaço afetoso para o qual é de extrema importância nesse processo transitório.

4.1.4 Transição do 5º Ano para o 6º Ano

O ensino fundamental é uma etapa do ensino básico, importantíssimo na vida escolar do aluno, por ser um percurso mais longo é por meio dela que os alunos passam pelas mudanças e transformações na vida como, a passagem da infância para adolescência. Para isso é fundamental que a escola acolha esses estudantes de forma prazerosa a fim de amenizar a timidez dando oportunidades para que os

alunos compreendam que é preciso ganhar autonomia e responsabilidade e o seu dever enquanto estudante é avançar para uma nova fase.

A transição do 5º para o 6º ano é caracterizada por um conjunto de transformações que envolvem mudanças de espaço físico, de relações interpessoais, de metodologias de ensino e de expectativas de aprendizagem. É um período de intensas adaptações que, se não for bem conduzido, pode acarretar queda no rendimento escolar, aumento da evasão e dificuldades socioemocionais (CAMPOS; COSTA, 2020).

Dessa forma, o processo de transição dos alunos do quinto (5º) ano, para o sexto (6º) ano, deve ocorrer com tranquilidade e que se tenha um olhar pautado nessa mudança medindo esforços por todos os que estão presentes no ambiente escolar, para esses alunos essa mudança ocorre de forma instantânea e não como pesadelo e é fundamental orientar e despertar nos alunos uma visão mais sistêmica dos estudos.

O impacto dessa mudança requer atenção e acompanhamento para que os alunos possam vivenciar uma nova realidade, já que inicia um período de formação em que a diversidade toma maior evidência. São muitos professores e diferentes linguagens e temáticas socioculturais que se ampliam durante o processo formativo dos anos finais, essa transição precisa acontecer de forma articulada com os educandos.

No 6º ano, os estudantes deixam de ter um único professor regente e passam a ter diferentes professores, cada um responsável por uma disciplina específica. Essa fragmentação curricular pode gerar sentimentos de ansiedade, insegurança e dificuldade de organização pessoal (LIBÂNEO, 2013).

A BNCC (2017) propõe que, ao final do 5º ano, o estudante tenha desenvolvido competências que lhe permitam autonomia crescente para aprender, resolver problemas e interagir de forma colaborativa. A transição para o 6º ano, portanto, deve consolidar essas competências, promovendo continuidade pedagógica e evitando rupturas bruscas.

Segundo Piaget (1976), os alunos encontram-se, em sua maioria, no estágio operatório concreto, iniciando a transição para operações formais. Por isso, necessitam de práticas pedagógicas que conciliem abstração crescente com experiências concretas, favorecendo a compreensão dos conteúdos.

Observa-se que eles precisam ter consolidado as competências e habilidades

correspondentes ao ano no qual estão sendo inseridos. Para que dessa forma todos possam continuar seu desenvolvimento de ensino e aprendizagem de maneira satisfatória.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica:

Mesmo no interior do Ensino Fundamental, há de se cuidar da fluência da transição da fase dos anos iniciais para a fase dos anos finais, quando a criança passa ter diversos docentes, que conduzem diferentes componentes e atividades, tornando-se mais complexas a sistemática de estudos e a relação com os professores. (BRASIL, 2013, p. 20).

Essas mudanças não só exige um grau de adaptação dos estudantes, como também a necessidade de estreitar laços de convivência e proximidade, para que essa transição aconteça de forma natural. Ao concluir o quinto (5º) ano espera-se que os educandos estejam alfabetizados e letrados para o ano seguinte.

A transição do 5º para o 6º ano não deve ser vista como uma simples mudança de série, mas como um processo de continuidade pedagógica que exige planejamento, sensibilidade e estratégias de apoio. Quando bem conduzida, essa etapa pode fortalecer a autonomia, o engajamento e a motivação dos estudantes, preparando-os para desafios mais complexos da escolaridade.

4.1.5 Transição do 9º Ano para o Ensino Médio

O Ensino Médio representa a última etapa da Educação Básica, conforme definido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996. A transição do 9º ano para o 1º ano do Ensino Médio ocorre em um período crucial de desenvolvimento, geralmente entre os 14 e 16 anos, quando os estudantes vivenciam profundas mudanças biológicas, psicológicas e sociais (PAPALIA; MARTORELL, 2013). Além disso, enfrentam um aumento da complexidade curricular e a necessidade de maior autonomia no processo de aprendizagem (CRAHAY, 2014).

O processo de transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio é uma passagem que requer muita atenção, esta transição deve ocorrer de maneira organizada, que facilite a adaptação e uma boa permanência do educando durante todo ano letivo. Os estudantes devem ser preparados para essa nova etapa de ensino que requer autonomia e conhecimento mais elevado para poder enfrentar os percalços dessa nova modalidade de ensino.

A literatura aponta que essa transição é uma das mais críticas da trajetória escolar, podendo impactar o desempenho acadêmico e até mesmo os índices de evasão escolar (OLIVEIRA; SILVA, 2020). Entre os principais desafios, destacam-se:

- **Aumento da carga de conteúdos e exigências acadêmicas:** O currículo do Ensino Médio, alinhado à BNCC, exige maior aprofundamento conceitual e pensamento crítico.
- **Mudança no ambiente escolar:** Geralmente, há mudança de prédio, professores e colegas, o que pode gerar insegurança.
- **Construção da identidade e escolhas de futuro:** A pressão para definir projetos de vida e possíveis trajetórias profissionais pode ser fonte de ansiedade.
- **Questões socioemocionais:** O período coincide com o desenvolvimento da autonomia e a busca de pertencimento, podendo ocorrer conflitos familiares e interpessoais.

Com impacto transitório, o aluno passa a conviver com uma série de mudanças na sua vida escolar e pessoal, sendo assim, é fundamental desmistificar a visão de que o ensino médio vai enfrentar barreiras e está demonstrando a esses alunos do nono ano de que eles são capazes e devem estar preparados para o Ensino Médio que é oferecido em outra instituição, já que o município não possui essa modalidade de ensino, pois, é dever do estado oferecer essa modalidade.

É de suma importância o acolhimento, criar pontes entre a escola/família e levar o aluno a novas descobertas onde tudo ocorra de maneira planejada pensando sempre no bem-estar dos educandos, é dever e responsabilidade de todos os envolvidos neste processo, oferecerem um ensino de qualidade, para que desta forma os alunos concluam o Ensino Fundamental com todas as competências e habilidades necessárias com segurança e tranquilidade apto ao ensino médio.

5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

5.1 A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Legislação brasileira tem acompanhado o percurso de outros países no que tange a política da educação especial na perspectiva da inclusão, tem uma das Legislações mais abrangentes, equiparando-se a países mais desenvolvidos, buscando, dessa forma, assegurar a ascensão de oportunidades educacionais na Escola comum. Nesse sentido, a Educação Especial, como modalidade de ensino que deve ser promovida metodicamente nos diferentes níveis de ensino, presta-se ao atendimento de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, preferencialmente, na Rede Regular de Ensino, com o objetivo de propiciar ao docente o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, autonomia e independência.

Foi durante a década de 1990 que importantes diretrizes para um acordo global com a concretização e a ampliação de políticas educacionais inclusivas foram ressaltadas por meio da assinatura de alguns documentos, tratados e protocolos internacionais. As Políticas da Educação Inclusiva ressaltam a importância da valorização das diferenças e de se oportunizar o acesso e permanência de todos os alunos no espaço escolar e, na garantia da permanência que todos tenham a oportunidade de consolidar saberes, os quais podem advir de experiências vividas.

A inclusão é a valorização das diferentes capacidades, das condições socioeconômicas, da cultura local e das formas de vivências diversas de cada sujeito. Na busca pela valorização das diferenças, a educação da Rede Municipal de Anguera, tem oferecido o serviço da Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado no Centro de Recursos Multifuncionais – CRM, que atende alunos da rede regular com matrícula automatizada e articulação intersetorial, a saber, o aluno com relatório médico/especializado possui garantia de atendimento pedagógico complementar/suplementar, específicos a cada necessidade educacional, Plano de Avaliação, Plano de Atendimento Individualizado, recursos, estratégias e metodologias específicas.

Sobre a articulação intersetorial, o Município adota medidas de interlocução entre a Supervisão Pedagógica da Educação Especial, Coordenação e Gestão Pedagógica do ensino regular, Coordenação Pedagógica do Centro de Recursos

Multifuncionais, Assistente Social (acompanhamento da frequência escolar e possíveis encaminhamentos médico, acolhimento do aluno e da família e acompanhamento do rendimento escolar). A interlocução visa ainda, a garantia de direito do aluno à educação inclusiva e as orientações necessárias dispensadas às famílias.

Na Rede Municipal Anguerense de ensino, trabalha-se em consonância com os documentos balizadores, temos como documento norteador principal a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Lei n.º 9394, de 1996) a qual garante a proposição de currículos, métodos, recursos educativos e organizações específicas para atender às necessidades do aluno, garantindo-lhe o acesso e a permanência numa escola com qualidade.

Uma escola inclusiva tem como premissa integrar os alunos com necessidades especiais de todos os tipos em escolas regulares, por meio de um enfoque o mais humanístico possível. Tal visão compreende que cada aluno tem suas peculiaridades e que as mesmas devem ser tratadas como diversidade e não como um problema.

A Rede Municipal Anguerense compreende a escola como um espaço onde todos devem aprender e atingir os objetivos das aprendizagens, levando em conta as especificidades de cada aluno, isso implica em um aprimoramento dos conhecimentos de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, participando ativamente desse processo de construção.

Na Escola Leôncio Horácio de Almeida, a educação inclusiva é uma prioridade, garantindo que os alunos com necessidades especiais tenham o suporte necessário para seu desenvolvimento educacional e social. Em turmas que contam com esses estudantes, há a presença de uma auxiliar específica para acompanhá-los durante as atividades adaptadas.

Essas atividades são cuidadosamente planejadas pela professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE), em conjunto com a psicopedagoga, que as elabora de acordo com a especificidade de cada aluno. Esse processo considera tanto o nível de aprendizado individual quanto os conteúdos trabalhados em sala de aula pelo professor regente, assegurando uma abordagem personalizada e eficiente.

Todos esses profissionais atuam de forma integrada, garantindo um atendimento individualizado e adequado às demandas dos estudantes. As atividades

e acompanhamentos ocorrem na sala de recursos, em anexo à Escola, um espaço estruturado para oferecer suporte pedagógico e promover a inclusão no ambiente escolar.

Os atendimentos especializados do AEE são conduzidos pelas professoras responsáveis e pela equipe multifuncional da escola. Cada aluno recebe acompanhamento uma vez por semana, em sessões que duram cerca de 50 minutos, podendo ser realizadas individualmente ou em duplas, conforme a necessidade.

O atendimento é feito no turno oposto ao do ensino regular, a Secretaria de Educação disponibiliza o transporte de apoio para alunos oriundos de comunidades do campo, ou seja, tenta-se atingir a todos que necessitam desse atendimento, por meio das políticas públicas vigentes. O diálogo permanente entre os profissionais do ensino regular e do Centro de Recursos é de primordial importância.

Durante esses encontros, são aplicadas estratégias pedagógicas específicas, visando potencializar as habilidades dos estudantes e promover sua participação ativa no ambiente escolar. Dessa forma, a escola reafirma seu compromisso com a inclusão, proporcionando um espaço de aprendizagem acessível e adaptado às particularidades de cada educando.

Nesse mesmo propósito, temos como proposta incentivar as práticas pedagógicas, a formação continuada dos profissionais do atendimento especializado e da escola regular, a transmissão da cultura minoritária e das diversificações, a estimulação a construção de projeto de educação inclusiva em rede, fortalecendo cada vez mais o vínculo da escola e a família. O papel da família é importantíssimo nesse processo, pois eles são fio condutor para que esses alunos tenham êxito nas suas jornadas de vida.

As avaliações dos alunos com necessidades educacionais especiais são realizadas no turno regular de estudo e adaptadas pelas professoras do AEE, com a orientação da psicopedagoga. Para garantir que os estudantes tenham condições equitativas de demonstrar seu aprendizado, as provas e atividades avaliativas são aplicadas por um professor auxiliar de ensino ou por um leitor, profissional responsável por auxiliar os alunos na leitura e compreensão das questões. Esse acompanhamento se estende não apenas às avaliações internas da escola, mas também às provas externas, assegurando que cada aluno possa expressar seu conhecimento de maneira justa e adequada às suas necessidades.

No Brasil, já temos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em que seu documento define a Educação Especial como: “uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas, e modalidades, e realiza atendimento educacional especializado, disponibiliza recursos e serviços e orienta quanto à utilização deles no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular” (PNE, 2020, p. 2).

E ainda descreve a função do Atendimento Educacional Especializado como: “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando as suas necessidades específicas”. (PNE, 2020, p. 2).

O Projeto Político Pedagógico vêm a ser uma ferramenta de valor imensurável, pois aqui descrevemos não só o que já temos como aquilo que intentamos, como principal diretriz do mesmo, se faz necessário uma revitalização urgente da Educação Inclusiva, onde possamos apreciar dentro do Centro de Recursos Multifuncionais e até mesmo dentro das escolas regulares, equipes multidisciplinares como: Psicólogos, Psicopedagogos, Fonoaudiólogos, Terapeuta Ocupacional, Neuropediatra, Neuropsicólogo, Neuropsicopedagogo e Fisioterapeutas.

Precisamos olhar para um futuro viabilizador, com a esperança de ter um espaço adequado para os atendimentos, formações e encontros com a finalidade de integração e participação da comunidade como um todo. Somos responsáveis por criar um espaço socializador e acolhedor, por isso a conversa entre as escolas regulares de ensino e o Centro de Recursos Multifuncionais deve ser uma constante, pois as informações que são trocadas passam a ser enriquecedoras para o crescimento tanto dos profissionais envolvidos nesse processo, quanto dos educandos com algum tipo de deficiência.

Segundo o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB, 2020), para que haja uma aprendizagem efetiva e o êxito das práticas pedagógicas em uma escola orientada pelos princípios da inclusão, o currículo deve ser fortalecido por componentes específicos do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Esses componentes têm como finalidade garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial, respeitando suas singularidades e promovendo a equidade no processo educativo.

O currículo inclusivo deve contemplar o ensino do uso de recursos de tecnologia assistiva, o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), bem como a atuação de intérprete de Libras/Língua Portuguesa e de guia-intérprete para estudantes surdocegos, garantindo o direito à comunicação e à informação. O DCRB também ressalta a necessidade de estratégias voltadas ao desenvolvimento dos processos mentais, ampliando as possibilidades de aprendizagem e assegurando que a escola se constitua como um espaço acolhedor, acessível e comprometido com a formação integral de todos os educandos (DCRB, 2020).

As atividades desenvolvidas pelos estudantes com algum tipo de deficiência em sala de aula podem ser adaptadas, desde que o currículo tenha sido adequado, conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais. Mais do que conhecer suas competências, é necessário que o professor saiba como ele deve avaliar esse aluno em todas as áreas, assim como acontece com as outras crianças.

Sendo assim, é possível descobrir quais são suas habilidades e dificuldades e definir se os instrumentos que estão sendo usados estão de acordo com as respostas que o aluno pode dar mediante as suas especificidades. Não podemos deixar de lembrar de considerar as aquisições do aluno e o quanto ele conseguiu avançar nas disciplinas para que uma avaliação justa seja feita para além da deficiência que o mesmo é portador. Tudo isso pode parecer utópico, porém a educação é feita dessa forma, primeiro idealizamos, para podermos concretizar.

5.2 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

O Conselho Estadual de Educação-CEE por meio da resolução nº 103 estabelece em seu Art. 1º que a escola do campo não é definida apenas pelo critério geográfico que separa o espaço urbano do espaço rural, mas sim, pelo critério dos sujeitos do campo, ou seja, a quem se destina a educação.

Nesse sentido, o Conselho Nacional de Educação, reconheceu a partir de 2002, a educação do campo como um direito universal e, portanto, um dever público em garantir assistência em todos os aspectos e efetivação de políticas públicas apropriadas (BRASIL, 2002).

Mas especificamente, o Art. 1º define a escola do campo da seguinte forma: “entendidas como unidades de ensino situadas na área rural, caracterizada conforme a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE ou aquelas

situadas em áreas urbanas, desde que atendam prioritariamente as populações do campo”. (BAHIA, 2015, p. 1).

A Escola Leôncio Horácio de Almeida atende alunos que residem tanto na própria comunidade quanto em localidades vizinhas. Devido à distância e à necessidade de acesso à educação, a maioria dos estudantes utiliza o transporte escolar para se deslocar até a instituição e retornar para suas casas.

Esse serviço é essencial para garantir que todos tenham a oportunidade de frequentar às aulas regularmente, reduzindo os desafios logísticos enfrentados pelas famílias e promovendo maior inclusão educacional. Ou seja, através do transporte escolar é possível assegurar o direito de ir e vir desses estudantes.

A proposta pedagógica da escola está alinhada ao contexto do campo, buscando um aprendizado integral para crianças, adolescentes, jovens e adultos. O ensino é desenvolvido de forma contextualizada, considerando as particularidades da realidade local e incentivando a construção do conhecimento a partir dos saberes tradicionais, da cultura da comunidade e da vivência dos próprios alunos. Dessa forma, as competências e habilidades de cada educando são estimuladas de maneira significativa, respeitando seus conhecimentos prévios e proporcionando uma formação conectada com o meio em que vivem.

De modo, seguindo os pressupostos presentes nos documentos curriculares (DCRM, BNCC, DCRB), que norteiam todo trabalho realizado na rede de ensino, buscamos uma melhor forma para atender as demandas que exige a educação do/no campo, para assim valorizar os saberes e conhecimentos particular dos nossos educandos, valorizando todo ambiente no qual estão inseridos.

Entre as ações desenvolvidas para garantir a permanência e o sucesso escolar dos alunos, destaca-se a busca ativa, um procedimento adotado sempre que um estudante se ausenta por dois dias consecutivos. A Técnica em Assistência Social é a responsável por essa iniciativa, buscando compreender os motivos da falta e reforçando junto às famílias a importância da comunicação com a escola para justificar as ausências, evitando faltas recorrentes.

Além disso, a escola realiza o "Dia D" da frequência escolar, um momento estabelecido em nível de rede para analisar de forma detalhada a presença dos alunos, permitindo o acompanhamento efetivo da assiduidade e a adoção de estratégias para reduzir a evasão.

A Educação do Campo é fundamentada em princípios que visam garantir uma educação contextualizada, respeitando as especificidades socioculturais das populações rurais. Seus principais princípios orientadores são:

1. Vinculação com a realidade do campo – A educação deve estar conectada à vida no campo, valorizando os saberes, culturas e práticas das comunidades rurais, tornando o ensino significativo e aplicável à realidade dos estudantes.

2. Contextualização e interdisciplinaridade – o currículo deve ser adaptado às necessidades e ao cotidiano das populações do campo, integrando conhecimentos científicos com saberes populares e possibilitando uma abordagem interdisciplinar.

3. Participação comunitária – a escola do campo deve envolver a comunidade em sua gestão e práticas pedagógicas, fortalecendo a participação ativa de famílias, movimentos sociais e trabalhadores rurais na construção do projeto educativo.

4. Valorização da identidade e da cultura do campo – a Educação do Campo busca reconhecer e fortalecer a identidade dos povos do campo, promovendo o respeito às suas tradições, modos de vida e conhecimentos ancestrais.

5. Sustentabilidade e desenvolvimento local – a educação deve incentivar práticas sustentáveis e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais, promovendo o uso consciente dos recursos naturais e a valorização da agricultura familiar e da agroecologia.

Diante aos avanços nas concepções de ensino e com o advento das políticas públicas educacionais, a Educação do Campo agrega conceitos, metodologias e especificidades que contribuam de fato na promoção de um ensino pautado nas subjetividades dos sujeitos do campo e na valorização deles.

Enfatizando a valorização no contexto da Educação do Campo/no campo, buscamos inserir em nosso ambiente escolar metodologias com foco no desenvolvimento pleno do aluno, destacando suas peculiaridades, levando em consideração as necessidades dos educandos, proporcionando a permanência no espaço escolar rural.

Nossa instituição visa trilhar por caminhos que tencionam pelo respeito e pela valorização das particularidades advindas desta modalidade de ensino, desenvolvendo metodologias próprias da nossa escola a partir do convívio com a comunidade interna e externa de modo a melhorar e contribuir com os processos de ensino e aprendizagem dos nossos educandos.

5.3 A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

A educação em tempo integral foi consolidada no Brasil a partir da Emenda Constitucional nº 59/2009, que ampliou a obrigatoriedade escolar e reforçou a necessidade de ampliação da jornada diária de estudo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) define, em seu artigo 34, §2º, que o tempo integral é aquele que compreende jornada escolar igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo. A Política Nacional de Educação Integral busca articular o currículo escolar com atividades culturais, esportivas, científicas e de participação social, visando a formação integral dos estudantes (MOLL, 2012).

A BNCC Brasil (2018) estabelece que o currículo das escolas em tempo integral deve assegurar o desenvolvimento das dez competências gerais, entre elas o pensamento científico, crítico e criativo; a responsabilidade e cidadania; e a cultura digital. Assim, a ampliação do tempo escolar não deve ser vista apenas como extensão da carga horária, mas como reorganização pedagógica que promova aprendizagens significativas.

Apesar dos avanços, a implementação da educação em tempo integral enfrenta desafios:

- **Infraestrutura escolar inadequada:** muitas escolas não possuem espaços físicos suficientes para acolher os estudantes em período integral;
- **Formação docente:** é necessário preparar professores para trabalhar com metodologias ativas e projetos interdisciplinares;
- **Articulação curricular:** a mera ampliação da carga horária sem integração de saberes pode gerar sobrecarga e desmotivação dos estudantes;
- **Financiamento:** a expansão da jornada requer investimento contínuo em alimentação, transporte e recursos pedagógicos.

A Educação Integral em Tempo Integral no município de Anguera tem sido uma iniciativa importante para ampliar as oportunidades de aprendizagem dos

estudantes, proporcionando um ensino mais completo e alinhado às suas necessidades. Esse modelo busca ir além do ensino tradicional, ofertando uma jornada ampliada de estudos, onde os alunos permanecem mais tempo na escola e participam de atividades diversificadas que incluem reforço escolar, práticas esportivas, culturais e oficinas pedagógicas.

Com essa proposta, a educação integral em Anguera não apenas contribui para a melhoria do desempenho acadêmico, mas também fortalece o desenvolvimento social e emocional dos alunos. O tempo ampliado na escola permite que eles tenham acesso a conteúdo complementares e a vivências que estimulam a criatividade, a cidadania e a construção de projetos de vida. Além disso, a iniciativa tem um impacto positivo na comunidade, especialmente para famílias que precisam de um ambiente seguro e educativo para seus filhos enquanto trabalham.

A escola Municipal Leôncio Horácio de Almeida tem sua trajetória na educação integral em tempo integral desde 2023.

O quantitativo de alunos com atendimento em tempo integral se torna condizente com as condições físicas. Não há espaço na escola para atividade físicas, ficando como opção espaços alternativos na comunidade. Destaca-se que é possível a utilização dos espaços em torno da escola para um bom desenvolvimento desse programa e como sugestão temos: a quadra poliesportiva do povoado, a Praça e o Salão na Comunidade que ficam disponíveis para atividades afins. (ANGUERA, 2024).

No ano de 2025, a escola Municipal Leôncio Horácio de Almeida funciona com quatro turmas em tempo Integral sendo três (03) turmas dos anos iniciais: Segundo terceiro e quinto ano e uma (01) turma dos anos finais nono ano, no horário das 7h30min às 17h05min. Por ser um espaço pequeno à escola ainda enfrenta algumas dificuldades em manter os alunos em tempo Integral, no entanto, as turmas do integral vem sendo gradativamente e a escola articulando melhorias no espaço para atender os educandos.

Com mais turmas disponíveis, um número maior de alunos pode se beneficiar de um aprendizado mais abrangente, que alia conteúdos curriculares a práticas esportivas, culturais e de reforço escolar, contribuindo para a redução da evasão e para a formação integral dos estudantes do campo.

Estamos em processo de adaptação dos alunos/pais/ responsáveis, com isso, no turno vespertino há uma resistência de alunos, porém a escola vem trabalhando

intensamente na conscientização da família e estes alunos em tempo Integral. Com isso, as turmas vêm se regularizando de forma satisfatória não havendo nenhuma evasão. As matrículas ocorreram de forma regular, pois houve um aumento significativo nas turmas do segundo e quinto ano permanecendo estável as turmas do terceiro e nono ano

Sobre a rotina alimentícia na escola, a Política Municipal de Educação em Tempo Integral (2024) aborda que por atender aos alunos da zona rural das localidades próximas, e muitos desses alunos serem de localidades um pouco mais distantes, cogita-se a possibilidade de ofertar o café da manhã, lanche (manhã/tarde) e almoço.

Para garantir o sucesso da Educação Integral, o município investe na qualificação dos professores e na estruturação das escolas, adaptando os espaços e metodologias às necessidades desse modelo de ensino. A ampliação do tempo escolar também reforça a importância de uma alimentação saudável e de um currículo mais dinâmico, integrando teoria e prática de maneira eficiente. Dessa forma, Anguera segue fortalecendo sua rede de ensino e oferecendo melhores oportunidades de aprendizado para suas crianças e adolescentes.

Constata-se que a educação em tempo integral representa uma oportunidade de transformação social ao democratizar o acesso a experiências educativas de qualidade. Para que cumpra seu papel emancipador, devem ser acompanhada de planejamento pedagógico consistente, políticas públicas de financiamento e participação da comunidade escolar.

5.4 A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino destinada a pessoas que não tiveram acesso ou continuidade nos estudos na idade regular. Essa política educacional busca garantir o direito à educação para todos, promovendo inclusão social e possibilitando que jovens e adultos adquiram conhecimentos essenciais para sua formação cidadã e profissional.

De acordo com o pronunciamento do Parecer CNE/CEB nº 11/2000 de 10 de maio de 2000, a EJA é entendida e apresentada, como uma modalidade de ensino que visa o resgate de uma dívida social, causada pela desigualdade social brasileira que historicamente excluiu do processo formativo diversas minorias sociais.

De acordo com Paulo Freire (1987), a educação deve ser um instrumento de libertação, permitindo que os indivíduos compreendam sua realidade e atuem de forma crítica na sociedade. Dessa forma, a EJA assume um papel fundamental na construção da autonomia dos sujeitos historicamente marginalizados do sistema educacional.

No Brasil, a EJA está assegurada pela Constituição Federal de 1988, no artigo 208, que estabelece a oferta gratuita da educação básica para todos os que não tiveram acesso na idade própria. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, em seu artigo 4º, garante a EJA como um direito, orientando sua organização de forma flexível para atender às especificidades desse público. Outros documentos importantes, como o Plano Nacional de Educação (PNE), reforçam a necessidade de políticas voltadas para a ampliação da oferta e melhoria da qualidade da EJA.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Anguera é uma modalidade de ensino prioritária na política educacional municipal, articulada com o compromisso de assegurar o direito à educação para aqueles que não concluíram o ensino fundamental na idade regular. A rede municipal conta com oferta da EJA organizada em conformidade com as diretrizes curriculares, ampliando oportunidades de aprendizagem e promovendo a inclusão social e escolar da população adulta e jovem.

No ano de 2024, o Conselho Municipal de Educação (CME) aprovou e regulamentou o Organizador Curricular da Educação de Jovens e Adultos (OCEJA) por meio da Resolução CME nº 06/2024, que foi homologada pela Portaria SEC nº 31/2024 da Secretaria Municipal de Educação. Esse documento curricular específico orienta o trabalho docente na EJA, estabelecendo as aprendizagens essenciais e os percursos formativos a serem garantidos pelos estudantes ao longo da etapa. Sua elaboração envolveu equipe técnica da Secretaria, estudos por área do conhecimento, consulta a professores e coordenadores pedagógicos e análise da realidade sociocultural da clientela da EJA na rede municipal.

Adicionalmente, o CME deliberou sobre a oferta da EJA Combinada por meio da Resolução CME nº 01/2025, também homologada pela Secretaria de Educação, que define a estrutura organizacional dessa proposta pedagógica nas unidades escolares municipais. Essas deliberações reforçam a necessidade de um modelo de EJA que contemple formas flexíveis de oferta, avaliadas de maneira contínua e

formativa, respeitando o tempo de aprendizagem dos estudantes e priorizando a promoção de competências e habilidades essenciais à cidadania.

O OCEJA deve ser utilizado pelas equipes pedagógicas como base para o planejamento, a organização curricular e as práticas de ensino na EJA, respeitando os princípios da educação inclusiva, contextualizada e integrada ao Projeto Político Pedagógico da escola. O trabalho com essa modalidade envolve a utilização de metodologias que valorizem experiências significativas, articulem saberes dos estudantes com sua realidade e contemplem uma avaliação que favoreça o desenvolvimento contínuo ao longo do processo educativo.

A organização da EJA no município está alinhada às metas e estratégias do Plano Municipal de Educação (PME), buscando combater o analfabetismo, ampliar o acesso e garantir a permanência e a conclusão da educação básica por jovens e adultos. A oferta da EJA é articulada com ações de formação docente, acompanhamento pedagógico e mobilização da comunidade escolar visando fortalecer a aprendizagem, a inclusão social e a efetivação do direito à educação em todas as suas etapas.

A EJA em Anguera se divide em dois segmentos: o 1º segmento corresponde ao Ensino Fundamental (Anos Iniciais), estágios I ao V (indicando do 1º ao 5º ano) e no 2º segmento Ensino Fundamental (Anos Finais), estágios VI e VII, sendo o estágio VI as séries 6º e 7º ano, e o estágio VII as séries 8º e 9º ano. Além destes segmentos, a EJA conta com o Ciclo Juvenil, etapa essa que corresponde às séries 6º e 7º ano e 8º e 9º ano, atendendo alunos de 15 a 20 anos que não conseguiram concluir o Ensino Fundamental Anos Finais na idade regular. Esse Ciclo possibilita então, a inclusão de jovens no ambiente escolar evitando a exclusão social. (ANGUERA, 2024).

No Município de Anguera a EJA se divide em três Tempos Formativos: EJA Regular, EJA Combinada, e o Ciclo Juvenil, cada um trazendo uma perspectiva única para o processo educacional e importante dos alunos do município. A EJA Regular ocorre neste sentido no modelo 100% presencial, se adequando às realidades de aprendizagem dos alunos, a EJA Combinada oferece essa concepção sendo 30% da carga horária direta e 70% indireta e o Ciclo Juvenil oferece um ensino específico destinado a jovens que abandonaram precocemente a escola ou enfrentaram dificuldades significativas durante sua escolarização inicial (ANGUERA, 2024).

Para que a Educação de Jovens e Adultas seja efetiva e cumpra seu papel transformador, ela deve seguir princípios orientadores que norteiam sua organização e prática pedagógica. Esses princípios são fundamentais para promover uma educação inclusiva, significativa e alinhada às necessidades desse público.

Um dos princípios fundamentais da EJA é a flexibilidade curricular, considerando que os estudantes dessa modalidade possuem trajetórias diversas e desafios específicos, como o trabalho e as responsabilidades familiares. Dessa forma, os conteúdos e metodologias devem ser adaptados para facilitar o aprendizado.

Outro princípio essencial é a valorização dos saberes prévios dos estudantes. Como destacado por Paulo Freire (1987), a educação deve partir da realidade dos educandos, reconhecendo seus conhecimentos adquiridos ao longo da vida. Esse princípio permite que a aprendizagem ocorra de forma contextualizada, dialogando com a cultura, o trabalho e o cotidiano dos alunos, tornando o ensino mais significativo e motivador.

A educação inclusiva e democrática também é um princípio orientador da EJA. Essa modalidade deve garantir o acesso e a permanência dos estudantes na escola, combatendo a evasão escolar por meio de estratégias que tornem o ambiente educativo mais acolhedor e acessível.

Por fim, a EJA deve ser pautada na formação cidadã e na promoção da autonomia dos estudantes. Mais do que garantir a certificação escolar, essa modalidade deve estimular a reflexão crítica e o protagonismo dos educandos, possibilitando que eles compreendam sua realidade e atuem na transformação social.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) possui diretrizes e indicadores metodológicos que orientam sua organização e prática pedagógica, garantindo que essa modalidade de ensino atenda às necessidades específicas de seus estudantes. A EJA deve estar fundamentada em princípios como a flexibilidade curricular, a valorização dos saberes prévios e a contextualização do ensino, de modo a proporcionar uma aprendizagem significativa e emancipadora para aqueles que não tiveram acesso à educação na idade regular.

As diretrizes metodológicas da EJA estão fundamentadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, que assegura a oferta dessa modalidade de ensino de forma adequada à realidade dos educandos. Além disso,

documentos como o Plano Nacional de Educação (PNE) e as Diretrizes Operacionais para a EJA estabelecem parâmetros para a organização curricular, metodologias de ensino e avaliação do aprendizado, reforçando a necessidade de um ensino dinâmico e voltado para a construção do conhecimento.

Entre os principais indicadores metodológicos da EJA, destaca-se a pedagogia dialógica, baseada nos estudos de Paulo Freire, que defende um ensino que valorize a interação entre educador e educando. Essa abordagem permite que os alunos compartilhem suas experiências e conhecimentos, promovendo uma aprendizagem ativa e contextualizada. Além disso, o uso de metodologias interdisciplinares e problematizadoras são essenciais para relacionar os conteúdos escolares com a realidade social e profissional dos estudantes.

Outro indicador metodológico importante é a utilização de materiais didáticos adaptados e estratégias pedagógicas inovadoras, como o uso de tecnologias digitais e práticas educativas que considerem o cotidiano dos alunos. A implementação de metodologias flexíveis, que respeitem o ritmo de aprendizagem de cada estudante e possibilitem a conciliação entre trabalho, estudo e vida pessoal, é fundamental para reduzir a evasão escolar e garantir o sucesso educacional.

Portanto, as diretrizes e indicadores metodológicos da EJA devem ser constantemente avaliados e aprimorados, garantindo que essa modalidade cumpra seu papel de inclusão e transformação social. A adoção de práticas pedagógicas inovadoras, alinhadas às necessidades dos estudantes, fortalece o direito à educação e amplia as oportunidades para jovens e adultos que buscam melhorar sua formação e qualidade de vida.

A avaliação na Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve ser orientada por diretrizes que respeitem as especificidades dessa modalidade de ensino, promovendo um processo inclusivo e formativo. Diferente do modelo tradicional, a avaliação na EJA deve considerar as trajetórias de vida dos estudantes, seus conhecimentos prévios e o desenvolvimento de competências ao longo do curso. Dessa forma, o foco da avaliação não deve ser apenas a mensuração do desempenho acadêmico, mas também a valorização dos saberes adquiridos fora do ambiente escolar.

Outro aspecto essencial é a necessidade de considerar o contexto sociocultural dos estudantes no processo avaliativo. O uso de metodologias flexíveis, que respeitem o ritmo de aprendizagem de cada aluno e estimulem a

construção do conhecimento a partir de suas experiências, contribui para uma avaliação mais justa e eficaz. Além disso, é fundamental garantir que o processo avaliativo não seja excludente, evitando práticas que levem à desmotivação ou ao abandono escolar.

Portanto, as diretrizes de avaliação na EJA devem garantir um processo formativo, inclusivo e alinhado às necessidades dos estudantes. A adoção de práticas avaliativas inovadoras, que valorizem o aprendizado contínuo e a participação ativa dos alunos, fortalece o direito à educação e amplia as oportunidades de formação para jovens e adultos que buscam melhorar sua escolarização e qualidade de vida.

5.5 A POLÍTICA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Art. 1º É instituída a Política de Educação Conectada, em consonância com a estratégia 7.15 do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, com o objetivo de apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica.

A inovação tecnológica está associada ao surgimento de criações, inventos ou tecnologias geradas em ambientes de pesquisa científica que acarretem aumento de qualidade e produtividade com o desenvolvimento socioeconômico do país. A política de inovação tem como objetivo trazer ações e oferecer ferramentas necessárias para melhorar e estimular projetos inovadores.

A Lei nº 10.972, de 02 de dezembro de 2004, dispõe sobre incentivos a inovação e a pesquisa científico e tecnológico no ambiente produtivo e da outras providências.

A tecnologia é um dos instrumentos utilizados em nosso cotidiano para ser utilizado de maneira prática como uma ferramenta de trabalho e um dos principais recursos no ensino. Com o avanço e inovação das novas tecnologias todos precisam estarem conectados para assim aprimorar e levar para a sala de aula atividades inovadoras que possam motivar e possibilitar os alunos a prender cada vez mais.

A Escola Leônicio Horácio de Almeida possui um laboratório de informática o (INFOCENTRO), onde tem alguns computadores para uso da escola e da comunidade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017 e atualizada em 2022 para contemplar as competências digitais e o pensamento computacional, constitui-se como um marco orientador das aprendizagens essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da Educação Básica. Em consonância com esse documento, o componente curricular **Computação** surge como uma área estratégica para a formação integral dos alunos, promovendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas, criativas e éticas relacionadas ao uso e à compreensão crítica das tecnologias digitais.

A inserção do componente Computação no Projeto Político Pedagógico (PPP) representa um compromisso com a inovação, à equidade e a formação de sujeitos capazes de atuar de forma crítica e produtiva em uma sociedade cada vez mais mediada pela tecnologia.

O objetivo central dessa integração é proporcionar aos estudantes não apenas o domínio instrumental de ferramentas digitais, mas, sobretudo, o desenvolvimento do pensamento computacional, entendido como a capacidade de formular problemas e soluções de maneira lógica, sequencial e criativa, utilizando estratégias que podem ser aplicadas em diferentes contextos da vida cotidiana e acadêmica.

A BNCC define que a Computação deve articular quatro eixos estruturantes: **Pensamento Computacional, Cultura Digital, Mundo Digital e Inteligência Artificial**. Cada um desses eixos contribui para a formação de competências específicas. O Pensamento Computacional envolve a capacidade de decompor problemas complexos em partes menores, reconhecer padrões, abstrair informações relevantes e construir algoritmos para resolver desafios.

Já a Cultura Digital amplia a compreensão crítica do estudante sobre o papel das tecnologias na sociedade, abordando questões de segurança, privacidade, ética e cidadania digital. O Mundo Digital trata da compreensão dos sistemas computacionais e das redes de informação, possibilitando que o aluno compreenda o funcionamento da infraestrutura tecnológica que sustenta a comunicação e a informação global.

Por fim, a Inteligência Artificial, como campo emergente, promove reflexões sobre automação, dados e tomada de decisão baseada em algoritmos, incentivando o olhar ético e humano diante dos avanços tecnológicos.

No âmbito do PPP, Escola Leônicio Horácio de Almeida assume o desafio de implementar práticas pedagógicas que tornem o ensino de Computação significativo e contextualizado. Isso inclui o uso de projetos interdisciplinares, em que os alunos possam aplicar os conceitos computacionais para resolver problemas reais da escola e da comunidade. A integração com áreas como Matemática, Ciências da Natureza e Linguagens fortalece o caráter transversal do componente, permitindo que o uso da tecnologia seja uma ferramenta de construção de conhecimento, e não apenas um fim em si mesmo.

Outro aspecto relevante é a formação continuada dos professores, condição essencial para a consolidação do ensino de Computação. O PPP destaca a importância de capacitar o corpo docente para o uso pedagógico das tecnologias e para a compreensão dos princípios do pensamento computacional. Essa formação visa não apenas ao domínio técnico, mas também à reflexão sobre os impactos sociais, culturais e éticos da tecnologia na vida escolar e na sociedade.

Além disso, o documento reforça o compromisso da escola com a inclusão digital e o acesso equitativo às tecnologias, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas condições socioeconômicas, possam participar das experiências de aprendizagem mediadas pela Computação. A escola busca, dessa forma, alinhar-se aos princípios da BNCC, que orienta uma educação democrática, inclusiva e voltada para o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas.

Por fim, a incorporação do componente Computação no PPP Escola Leônicio Horácio de Almeida reafirma a visão de uma escola que aprende se transforma e se reinventa frente aos desafios contemporâneos. O ensino de Computação, enquanto direito de aprendizagem, é entendido como parte essencial da formação cidadã, preparando os estudantes para compreender e atuar no mundo digital de forma crítica, ética e criativa, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, informada e participativa.

E no ano de 2025 a escola conta com a inclusão do componente curricular inclusão digital nas turmas da Educação de Jovens e Adultos seguindo a Resolução CNE/CEB nº 01, de 28 de maio de 2021, que afirma:

Os currículos dos cursos da EJA, independentemente de segmento e forma de oferta, deverão garantir, na sua parte relativa à formação geral básica, os direitos e objetivos de aprendizagem, expressos em competências e habilidades nos termos da Política Nacional de Alfabetização (PNA) e da BNCC, tendo como ênfase o desenvolvimento dos componentes essenciais para o ensino da leitura e da escrita, assim como das competências gerais e as competências/habilidades relacionadas à Língua Portuguesa, Matemática e Inclusão Digital. (BRASIL, 2021, p. 5).

O componente curricular Inclusão Digital objetiva possibilitar a aprendizagem no uso de ferramentas digitais de forma prática e eficaz, abrangendo o manuseio de dispositivos eletrônicos, navegação na internet, criação de documentos e comunicação online. Também visa impulsionar uma compreensão crítica das tecnologias digitais, explorando seus impactos sociais, éticos e econômicos, auxiliando os alunos a tornarem-se cidadãos digitais responsáveis. (ANGUERA, 2024).

A sociedade está em constante transformação e o uso das novas tecnologias digitais e de comunicação se faz presente e necessária dentro do ambiente escolar. Neste cenário a instituição escolar, precisa se adaptar e utilizar na prática o ensino digital, para um melhor aprendizado do alunado, pois a mesma promove a qualidade da educação, permitindo que professores e alunos busquem diferentes fontes de pesquisa e aprofundem em seu repertório facilitando o acesso dos alunos ao conhecimento.

A Portaria SEC nº 02/2026 estabelece normas para o uso de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Anguera, com o objetivo de organizar, orientar e limitar sua utilização no ambiente escolar, preservando o processo de ensino-aprendizagem e a saúde física, mental e emocional dos estudantes.

De modo geral, o uso desses dispositivos pelos alunos não é permitido de forma irrestrita, sendo autorizado apenas em situações específicas, como em atividades pedagógicas previamente planejadas e autorizadas pela equipe escolar, em casos de emergência, para acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência, ou para necessidades de saúde devidamente comprovadas.

A portaria também orienta as unidades escolares a promoverem ações formativas com os profissionais da educação, visando à conscientização sobre os impactos do uso excessivo de telas e a identificação de possíveis prejuízos ao bem-estar dos estudantes. Além disso, determina que cada escola organize normas internas quanto ao uso de aparelhos eletrônicos pelos profissionais, assegurando que esses não interfiram no desenvolvimento das atividades pedagógicas. Dessa forma, a Portaria SEC nº 02/2026 reafirma o compromisso da rede municipal com o uso responsável e pedagógico da tecnologia, em consonância com a legislação educacional vigente.

5.6 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O estudante precisa ter a garantia não somente do acesso à escola, como também facilitadas às condições de permanência e de sucesso. Espera-se, do aluno na escola, a consolidação de aprendizagens, respeitadas o ritmo individual de cada um, diante da diversidade que caracteriza o todo.

A assistência estudantil é um mecanismo utilizado pela escola para acolher, incluir, cuidar, educar, orientar, socializar, garantir aprendizagens e promover a formação integral. A mesma se define como um conjunto de ações, onde, em muitas delas a escola necessitará buscar apoio de políticas públicas educacionais junto à Secretaria Municipal de Educação e outras instâncias.

Por sua vez, a escola já se ampara nas ações de assistência estudantil, como parte integrante do Sistema Municipal de Ensino. As ações de assistência se tornam importantes aliadas na formação integral dos estudantes, pois garantem ao educando um melhor desempenho escolar.

Dessa forma, a fim de evitar a evasão escolar, Escola Leôncio Horácio de Almeida, através da assistência social da rede de educação municipal de Anguera, verifica com regularidade se há ausência de aluno na escola por mais de dois dias; detectadas essas faltas, a escola entra em contato, imediatamente, com os pais ou responsáveis pelo educando, ou até mesmo encaminha profissionais para se dirigir à casa do aluno faltoso e verificar o motivo da sua ausência na escola, adotando um diálogo para que o mesmo possa retornar o mais breve possível à escola. Essa ação caracteriza a Busca Ativa Escolar.

No ano de 2022 a escola aderiu á ação Dia “D” da Frequência Escolar, que se torna um momento para monitoramento da frequência de cada aluno matriculado, e ao mesmo tempo a instituição busca proporcionar atividades que tornem o ambiente mais atrativo aos alunos. E em dias atuais são claros os benefícios que essa mobilização traz ao fazer esse movimento de Busca Ativa intersetorial.

O **Conselho de Alimentação Escolar (CAE)** de Anguera exerce um papel fundamental na garantia da qualidade e da transparência da merenda escolar nas unidades municipais, especialmente no Leôncio Horário de Almeida. Criado pela Lei nº 076/2009, esse órgão possui funções consultivas, deliberativas, fiscalizadoras e de assessoramento junto ao Poder Executivo para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Ao acompanhar, por meio de visitas técnicas e análise de atas e planos de ação, desde os cardápios até as instalações das cozinhas escolares, o CAE assegura que os recursos sejam bem empregados, a comida oferecida seja adequada e os processos atendam às normas sanitárias e nutricionais. Esse controle social fortalece a participação da comunidade, pais, professores, representantes de entidades civis e promove autoestima, saúde integral dos estudantes e maior envolvimento da sociedade no cotidiano escolar.

Já a **Cartilha do Transporte Escolar** de Anguera, presente nos acervos técnico-pedagógico da Secretaria, é um instrumento estratégico para promover a inclusão social, garantindo que todos os alunos, especialmente aqueles em áreas rurais ou com dificuldades de mobilidade tenham acesso seguro e regular à escola. Esse guia orienta motoristas, estudantes, famílias e gestores quanto aos seus direitos e deveres: desde o cuidado com a manutenção dos veículos até práticas seguras de embarque e diálogo consciente entre todos os envolvidos.

A cartilha ganha força por meio de cursos presenciais realizados na comunidade escolar, inclusive no Leôncio, que fomentam a comunicação, a confiança e a corresponsabilidade entre motoristas, estudantes, famílias e escola. Assim, o transporte escolar se consolida como um instrumento de justiça educativa, conectando direitos previstos na Constituição e na LDB com a vida concreta das crianças, jovens e adultos que transitam diariamente entre casa e escola.

Os princípios orientadores da assistência ao estudante vêm atender a demanda estudantil e tem por objetivo: democratizar as condições de permanência

dos alunos; minimizar os efeitos socioeconômicos das famílias e promover a inclusão social dos seus alunos.

Sendo assim, nossa escola com suas ações através de projetos e programas vêm ressignificando às condições sociais dos nossos alunos, buscando sempre uma educação de qualidade, possibilitando a eles uma continuidade de vida baseada na cidadania e valor morais e éticos.

São muitas as demandas que surgem no dia a dia escolar, por isso é necessário que os professores sejam participativos nos ACs, nas reuniões e assembléias, demonstrando serem ativos nos projetos e atividades desenvolvidas na escola. Levar em consideração a condição da comunidade em que os estudantes estão inseridos, também deve ser papel do professor e demais funcionários, que a educação oferecida seja condizente com a realidade, tornando o processo de ensino e aprendizagem atrativo e eficiente para os estudantes, evitando, assim o processo de evasão escolar.

Falando especificamente dos alunos, percebe-se a alteração na forma como se comportam, adquirem e reagem aos serviços educacionais. Isso acontece devido às mudanças desencadeadas e impulsionadas por diversos fatores, tais como o avanço das tecnologias, a dinâmica do mundo moderno, o compartilhamento de informações em tempo real, as necessidades de adaptação, entre outras. Esse perfil conversa claramente com o perfil esperado do Professor.

A escola viabiliza a organização da política do estudante, promovendo eleições para líder e vice-líder de sala para que os mesmos participem da vida da escola de forma a contribuir com as necessidades da sala de aula.

O **Programa Aluno Monitor** representa uma política pública inovadora para fomentar o protagonismo estudantil e fortalecer o processo de aprendizagem entre pares no município. Realizada pela primeira vez em 2025, a seleção ofereceu 8 vagas para monitores de Língua Portuguesa e 8 para Matemática, abrangendo alunos das escolas do Município.

Os candidatos foram avaliados por frequência mínima de 75%, média acadêmica igual ou superior a 8,0 na 1ª etapa letiva de 2025, entrevista e carta de motivação. Os monitores selecionados exercem suas funções com carga horária de quatro horas semanais, preferencialmente no contraturno, e recebem formação e orientação contínua de professores articuladores e coordenadores pedagógicos, além de elaborarem relatórios mensais das atividades desempenhadas.

Essa iniciativa não só ajuda a melhorar o desempenho dos colegas, mas também potencializa o desenvolvimento de habilidades como responsabilidade, comunicação e empatia nos próprios monitores, além de promover um ambiente escolar mais colaborativo e inclusivo.

No Leônicio, o aluno protagonista configura-se como um princípio essencial previsto no Regimento Escolar Unificado documento que norteia as normas e o cotidiano das escolas da Rede Municipal de Anguera, homologado em março de 2024 por meio da Portaria SEC nº 13/2024 e elaborado com ampla participação comunitária e do Conselho Municipal de Educação.

Dentro dessa orientação normativa, o estudante protagonista é aquele que assume responsabilidade ativa pelo próprio processo de aprendizagem e pela vida escolar. Embora o Regimento trate formalmente das diretrizes institucionais, o destaque prático dessa postura vem por meio de iniciativas como o **Projeto Ação Juventude**, que promove o protagonismo juvenil ao instituir a eleição de líderes e vice-líderes nas turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, fomentando uma cultura de participação, diálogo e responsabilidade social.

Os líderes de classe, eleitos pelos próprios colegas em processo democrático geralmente em voto secreto em sala, desempenham papel estratégico na articulação entre a turma e a gestão escolar. Eles mantêm comunicação constante com a direção, coordenação pedagógica e professores, colaboram na resolução de problemas, levam a voz da turma às instâncias escolares e incentivam o engajamento acadêmico e o bom convívio entre os estudantes.

Esse papel ganha corpo com a apresentação da “Agenda do Líder”, um instrumento pedagógico que orienta esses estudantes sobre projetos e rotinas escolares, além de incentivá-los a mediar o fluxo de informações com seus colegas. Além disso, a rede tem promovido encontros formativos e lúdicos entre lideranças estudantis como o realizado em maio de 2025 que possibilitam a socialização de ideias sobre temas diversos (leitura, ambiente escolar, esportes, educação ambiental), fortalecendo a identidade dos alunos como protagonistas efetivos de sua jornada educativa.

Fonseca (1995) discorre que a aprendizagem pode ser encarada como um processo dinâmico, no qual o aluno joga em um papel ativo, em constante interação com o envolvimento com o grupo no qual está inserido. Logo, compreendemos a

importância do aluno para escola, na verdade, esses sujeitos são os verdadeiros protagonistas das instituições de ensino.

5.7 A POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES

A valorização dos profissionais da educação é um princípio fundamental para a construção de uma escola democrática e de qualidade. A formação continuada e o desenvolvimento profissional dos servidores, incluindo agentes de portaria, serventes, merendeiras e demais funcionários, são essenciais para garantir um ambiente escolar acolhedor, seguro e propício à aprendizagem.

O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Anguera estabelece que seja dever dos servidores participar de programas de capacitação e atualização profissional, visando à melhoria contínua dos serviços prestados à comunidade escolar.

Além disso, o Regimento Escolar Unificado da Rede Municipal de Ensino de Anguera destaca a importância da formação continuada como instrumento para o aprimoramento das práticas profissionais e para o fortalecimento da identidade institucional das escolas.

Instituída pela Portaria SEC nº 07/2021, o Plano de Formação Continuada em Atividade (PFCA) estabelece que todos os profissionais da educação docentes e demais servidores devem participar de processos formativos sistemáticos, articulados ao cotidiano escolar e voltados às dimensões técnica, pedagógica, comunitária e humana do trabalho educativo. Essa perspectiva fortalece a compreensão de que o desenvolvimento profissional não ocorre à margem da escola, mas em diálogo direto com as situações reais do ambiente escolar, promovendo pertencimento, corresponsabilidade e prática reflexiva.

De acordo com o Regimento Escolar Unificado, homologado em 15 de março de 2024, a formação continuada integra o princípio da **gestão democrática**, ao envolver direção, professores, funcionários, estudantes e famílias na elaboração e execução do PPP e nas decisões que orientam a vida escolar. Nessa concepção, todos os segmentos da comunidade escolar são compreendidos como agentes educativos.

A formação continuada alcança não apenas professores e gestores, mas também merendeiras, porteiros, auxiliares de serviços gerais, equipe administrativa e demais colaboradores, reconhecendo que cada um contribui para a construção de um clima escolar acolhedor, seguro e favorável à aprendizagem.

A formação continuada deve ser entendida como um processo permanente, articulado às necessidades reais do cotidiano escolar e às políticas públicas de educação. Segundo Nóvoa (1992), "a formação não se reduz a cursos ou eventos isolados, mas deve ser integrada à prática profissional, promovendo a reflexão crítica e a construção coletiva do conhecimento".

Nesse sentido, a formação dos servidores deve contemplar aspectos técnicos, éticos e relacionais, contribuindo para o desenvolvimento de competências que impactem positivamente o ambiente escolar e o processo educativo.

Para efetivar a formação continuada e o desenvolvimento profissional dos servidores, propõem-se as seguintes estratégias:

- **Cursos e Oficinas Temáticas:** oferecimento de capacitações específicas, abordando temas como segurança escolar, higiene e saúde, atendimento ao público, entre outros.
- **Grupos de Estudo e Trabalho:** formação de grupos interdisciplinares para discussão de práticas e troca de experiências, promovendo a aprendizagem colaborativa.
- **Acompanhamento e Avaliação:** implementação de mecanismos de acompanhamento das ações formativas e avaliação de seus impactos no cotidiano escolar.

A formação continuada e o desenvolvimento profissional dos servidores são pilares para a construção de uma escola inclusiva e de qualidade. Ao investir na capacitação dos profissionais que compõem o ambiente escolar, a escola reafirma seu compromisso com a educação integral e com a valorização de todos os membros da comunidade escolar.

5.8 A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO ESCOLA/ FAMÍLIA E ESCOLA/ COMUNIDADE

A comunidade é uma fonte necessária para interação entre escola família/comunidade, é através dessa comunicação que a educação evolui e se

desenvolve. Nossa escola busca trabalhar em parceria família e a comunidade, propondo ações como: reuniões, eventos no ambiente escolar, rodas de conversas, mostrando para cada um o quanto é importante a presença e a participação dos responsáveis na vida escolar dos alunos.

Os projetos de leitura têm como objetivo favorecer a comunidade e a família para interagir na escola, pois é voltado a realidade local: músicas cultura regional, história local e contos. Isso faz com que a família/comunidade permaneça participativa dentro da escola. Ainda percebemos que alguns responsáveis pelos educandos estão muito distantes do ambiente escolar.

Pensando nisso, a Escola Leônicio Horácio de Almeida vêm se empenhando em dialogar com as famílias, através da busca ativa e ações que necessite da presença dos pais como: plantões pedagógicos, reuniões internas, participações nos projetos, eventos comemorativos, disponibilizando oficinas às famílias e a comunidade escolar para favorecer no processo de ensino aprendizagem através do convívio familiar dentro da escola.

Filhos não devem imitar cegamente os pais, mas os mesmos devem testemunhar ação coerente entre o que se prega e o que se faz, ficando clara a busca com humildade e com trabalho, da educação em uma perspectiva ética e democrática, não assumindo atitudes puritanas. “Moral sim, moralismo não.” (FREIRE, 2000, p. 38).

Quando a família é presente na escola o aluno tem um desenvolvimento mais extenso e melhor, pois a presença constante dos responsáveis dos educandos possibilita a todos meios de intensificar seus horizontes e aguçar o desejo permanente de aprender cada vez mais sobre os diversos objetos de conhecimento trabalhados.

A escola deve promover um elo de comunicação com a família e comunidade, para melhor interação e funcionamento da instituição. Promovendo ações para intensificar o trabalho realizado dentro da nossa escola.

Segundo Piaget (2007, p. 50), “toda pessoa tem direito a educação, é evidente que os pais também possuem o direito de serem senão educados, ao menos informados no tocante a melhor educação a ser proporcionado a seus filhos”.

Dessa forma nossa instituição almejando uma boa comunicação, vem desenvolvendo algumas ações como: por meio de reuniões presenciais ou virtuais; comunicado impressos, escritos; realizando eventos nas escolas com a participação da família; bilhetes no caderno do aluno; telefonemas quando necessário; plantão

pedagógico a cada etapa letiva; informes através de cards pelas redes sociais (facebook, instagram); aplicativos como whatsapp e diálogo aberto.

A Escola Leôncio Horácio de Almeida, procura de diversas formas se fazer presente no cotidiano dos alunos, mesmo aqueles que por diversos motivos os responsáveis não podem se fazer presentes dentro da escola. Ainda assim visando o bem estar e a inclusão de todos, e também realizando visitas periódicas as famílias em suas residências.

Nos últimos anos a escola está a todo tempo tentando trazer as famílias para o ambiente escolar, orientando a todos os pais a estarem mais presentes na escola e participativos no desenvolvimento escolar dos filhos, para que desta forma todo processo de ensino e aprendizagem possa ocorrer de maneira mais eficaz e dinâmica com a participação de todos os envolvidos escolas/famílias/comunidades. Quando têm reuniões de pais o quantitativo de responsáveis presentes ainda é baixo. A educação deve ser de maneira geral participativa e democrática.

A escola precisa buscar sempre o que for necessário para manter uma relação próxima entre as famílias, pois os responsáveis têm uma influência muito grande na vida escolar dos filhos, e se essa participação acontecer de maneira mais intensa ajuda muito no desenvolvimento, na construção do conhecimento e formação dos alunos. Mas para que tudo ocorra de forma regular e natural, todos precisam estar em comum acordo e trabalhando em parceria buscando métodos para melhorar a aprendizagem dos alunos com a participação e interação da família.

De acordo com Sampaio (2009, p. 76), “observamos, pois, que a base se dá na família. E por meio dela que o sujeito se estrutura, cria vínculos afetivos, inicia seu desenvolvimento cognitivo e emocional”. Diante disto, percebemos que sem o apoio da família na construção do ensino e aprendizagem dos alunos o desempenho e resultados não são satisfatórios, é preciso que ocorra uma interação entre todos, família e escola precisam ser parceiras incondicionais para oferecer a todos os envolvidos nesse processo uma educação de qualidade.

A manutenção da relação com os pais e/ou responsáveis é entendido como algo essencial para o bom funcionamento desta instituição escola, tendo em vista o papel social que esta ocupa dentro da comunidade em que está inserida. Desta maneira, a comunidade que circunda a Escola Leôncio Horácio de Almeida é constantemente convocada para se fazer presente e construir o processo de desenvolvimento dos discentes em momentos diversos, como eventos formativos,

festejos, intervenções na comunidade, bem como em reuniões.

Em especial, referindo-se à relação com pais e/ou responsáveis, a escola vem empreendendo esforços diariamente que se materializam nas mais diversas medidas com o intuito de mostrar a estes sujeitos seu dever em acompanhar, participar e compor a maneira como se dá a educação dos estudantes. Inicialmente, é possível citar os diversos comunicados que são enviados a família a fim de informar sobre eventos, andamento da vida escolar, acontecimentos pontuais com alunos ou convites para que se façam presentes na escola.

Concomitante a isso, são realizadas reuniões periódicas, eventos onde a participação familiar é importante, além do plantão pedagógico, que compõem iniciativas para um diálogo aberto e democrático. Por fim, a busca ativa se apresenta como a concretização desta movimentação em direção ao trabalho conjunto com a família, na medida em que leva a escola até a casa dos alunos, possibilitando conhecer um importante espaço da realidade existencial do educando e, também, facilitar o diálogo com a família.

É importante frisar que estas ações são desenvolvidas de forma regular devido a interação de toda a comunidade escolar, onde os profissionais são convocados e sensibilizados sobre seu papel neste processo, englobando desde a gestão, coordenação, profissionais de apoio, AEE, etc. A escola se movimenta nesta direção por entender que a educação se faz de forma democrática e coletiva, sendo cada agente social importante para se alcançar resultados satisfatórios e de qualidade.

Para um bom acompanhamento em detrimento das ações educativas a parceria escola/família/comunidade é de fundamental importância no âmbito escolar. Ambas precisam andar juntas, ou seja, elas compartilham a responsabilidade pela educação de qualidade dos educandos é preciso que a escola valorize e respeite a individualidade das pessoas, empenhando-se na formação das novas gerações para a construção de uma sociedade igualitária, justa, solidária e fraterna.

6. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

A Política Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais (PNEERQ) constitui um marco fundamental na consolidação de uma educação comprometida com a igualdade racial e com a valorização da diversidade cultural brasileira. Inspirada na Lei nº 10.639/2003 e fortalecida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Resolução CNE/CP nº 01/2004), a PNEERQ tem como finalidade promover ações educativas que reconheçam a contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros na formação da sociedade nacional. Essa política busca romper com a herança histórica de desigualdade e exclusão que marcou o processo educacional brasileiro, tornando o espaço escolar um ambiente de respeito, representatividade e pertencimento.

No âmbito da escola pública, a implementação da PNEERQ exige uma transformação profunda nas práticas pedagógicas, curriculares e nas relações interpessoais. Conforme destaca Nilma Lino Gomes (2005), trabalhar a educação das relações étnico-raciais é mais do que inserir conteúdos sobre a cultura africana e afro-brasileira; trata-se de construir uma pedagogia crítica, antirracista e libertadora. Assim, a escola deve se tornar um espaço de valorização das identidades negras, indígenas e demais grupos étnicos, fortalecendo o reconhecimento das diferenças como parte essencial da convivência democrática e da construção de uma sociedade plural.

De acordo com Munanga (2008), a educação é uma ferramenta poderosa para desconstruir os estereótipos raciais e promover o respeito mútuo. Nesse sentido, a PNEERQ propõe a inclusão da temática racial de maneira transversal e interdisciplinar, permeando todas as áreas do conhecimento. Essa abordagem possibilita que os estudantes compreendam o papel histórico, político e cultural dos povos africanos e afrodescendentes, reconhecendo sua relevância na formação do Brasil. Além disso, contribui para o desenvolvimento de atitudes de empatia, solidariedade e justiça social, valores indispensáveis à convivência humana e à prática cidadã.

Por fim, a PNEERQ reafirma o compromisso ético da educação com a equidade e a dignidade humana. Sua efetivação demanda o envolvimento de toda a comunidade escolar, gestores, professores, estudantes e famílias na construção de uma cultura escolar antidiscriminatória e inclusiva. Implementar essa política

significa promover uma educação que não apenas ensine conteúdos, mas que também forme sujeitos conscientes, críticos e orgulhosos de suas origens. Dessa forma, a escola cumpre seu papel social de ser um espaço de transformação, resistência e valorização das identidades que compõem a riqueza étnico-racial do povo brasileiro.

A Escola Municipal Leônicio Horácio de Almeida, localizada em Anguera-BA, reconhece que a educação deve ser um instrumento de transformação social e de valorização das identidades culturais que compõem o povo brasileiro. Diante disso, este projeto propõe a implementação de ações pedagógicas voltadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais, em consonância com a Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

As ações serão desenvolvidas de forma interdisciplinar, integrando diferentes componentes curriculares (História, Geografia, Língua Portuguesa, Artes e Educação Física). Algumas propostas de atividades:

- **Rodas de conversa e oficinas temáticas** sobre identidade, preconceito e racismo;
- **Projeto “Heróis e Heroínas Negras do Brasil”**, com pesquisa e exposição de figuras históricas afro-brasileiras;
- **Semana da Consciência Negra (20 de novembro)** com apresentações culturais, literatura afro-brasileira e culinária típica;
- **Leitura e análise de obras** de autores negros (como Conceição Evaristo, Machado de Assis, Carolina Maria de Jesus, entre outros);
- **Parcerias com a comunidade local**, valorizando saberes tradicionais e manifestações culturais afrodescendentes;
- **Formação docente** com estudos sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Resolução CNE/CP nº 1/2004);
 - Visitas aos espaços que explorem a cultura africana;
 - Criação de instrumentos artísticos como máscaras e telas;
 - Sequência didática envolvendo a interdisciplinaridade;
 - Matemática: explorar os padrões geométricos de cestos, cerâmicas e estampas africanas;
 - Ciências: racismo ambiental, desvalorização do corpo negro na ciência;
 - Culinária/Alimentação: valorizar as comidas típicas explorando os ingredientes de origem Africana;

- Inglês: explorar a cultura negra através de músicas, filmes e podcast;
- Elaborar uma linha do tempo do povo africano desde o seu local de origem até a colonização;
- Oficinas: com confecções de panelas de barro e artesanato feito de pindoba, com pessoas da comunidade local e circunvizinhas resgatando seus modos de vida e costumes;
- Apresentação de Seminários contemplando a cultura Africana e as relações étnicos raciais iniciando desde os anos iniciais;
- Confecção de Cartazes em murais e painel conscientização da temática sobre a valorização das relações' étnicos raciais.

6.1 A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

A educação antirracista constitui um compromisso ético, político e pedagógico que deve orientar todas as práticas e relações desenvolvidas no ambiente escolar. Em consonância com a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, a Escola Municipal Leôncio Horácio de Almeida, do município de Anguera-Ba, reafirma seu papel social na construção de uma educação comprometida com a equidade racial, o respeito à diversidade e a superação de todas as formas de discriminação.

O compromisso com uma educação antirracista ultrapassa a mera inserção de conteúdos sobre a história e a cultura africana no currículo. Trata-se de um processo contínuo de revisão de práticas, discursos e representações que, historicamente, contribuíram para a marginalização da população negra e indígena. Nesse sentido, a escola deve atuar como espaço de diálogo, acolhimento e reconstrução simbólica, promovendo o reconhecimento da pluralidade cultural e étnica que compõe a identidade brasileira (GOMES, 2017).

A efetivação dessa política requer a formação continuada dos profissionais da educação, a revisão dos materiais didáticos e o planejamento de ações pedagógicas integradas, que valorizem as contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros para a sociedade. Além disso, implica o fortalecimento de práticas escolares pautadas na solidariedade, na empatia e no reconhecimento das diferenças como

elementos constitutivos da democracia (SILVA, 2020). A escola deve, portanto, tornar-se um ambiente de resistência ao racismo estrutural e de promoção da justiça social.

A Política da Educação Antirracista na Escola Leôncio orienta-se pelo princípio de que o combate ao racismo é um dever coletivo e educativo. Por meio de projetos interdisciplinares, datas comemorativas ressignificadas, debates, oficinas culturais e incentivo à leitura de autores negros e indígenas, busca-se sensibilizar a comunidade escolar para a importância do enfrentamento ao preconceito racial. Tais ações reforçam a perspectiva de uma educação emancipadora, conforme defendida por Paulo Freire (1996), que compreende o ato educativo como prática de liberdade e como instrumento de transformação social.

Assim, a Escola Municipal Leôncio Horácio de Almeida ao adotar uma Política Educacional Antirracista, reafirma seu compromisso com a formação integral dos estudantes, com o respeito aos direitos humanos e com a construção de uma sociedade mais justa, plural e inclusiva. Educar contra o racismo é também educar para a paz, para a cidadania e para o reconhecimento do outro como sujeito histórico e cultural. Dessa forma, o espaço escolar torna-se um território de convivência democrática e de valorização da diversidade, fortalecendo a identidade e o pertencimento de todos os seus integrantes.

7. DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

As diretrizes que orientam a implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Leôncio Horácio de Almeida no município de Anguera estão definidas nas normas expedidas pela Secretaria Municipal de Educação e devem ser observadas de forma alinhada com os princípios da gestão democrática, da participação comunitária e dos marcos legais da educação básica, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as orientações curriculares municipais.

Essas diretrizes estão consolidadas principalmente na Portaria SEC nº 07/2025, que estabelece os parâmetros orientadores para a elaboração e/ou atualização do PPP em todas as escolas da rede municipal de ensino, assegurando que o documento seja um instrumento norteador da ação educativa, que articule currículo, práticas pedagógicas, gestão escolar e os contextos socioculturais da

comunidade escolar.

Para garantir que o PPP seja construído de forma participativa e coerente com a realidade local, a Portaria SEC nº 31/2025 instituiu a Comissão Colaborativa Escolar do PPP da Escola Municipal Leôncio Horácio de Almeida, composta por representantes da comunidade escolar, gestores, professores e outros segmentos envolvidos no processo educativo. Essa comissão tem como missão conduzir o processo de (re)elaboração do PPP da escola, assegurando que todas as etapas desde o diagnóstico institucional até a proposição de metas, ações e estratégias sejam desenvolvidas de forma colaborativa e democrática.

A atuação da Comissão Colaborativa Escolar deve estar em consonância com o trabalho de suporte técnico-pedagógico oferecido pela Comissão Municipal Colaborativa do PPP, responsável por orientar, acompanhar e apoiar as escolas da rede municipal na construção, revisão e implementação do Projeto Político-Pedagógico. A Portaria SEC nº 16/2025 atualizou a composição dessa comissão municipal e reforça suas atribuições, que incluem fomentar a formação sobre o PPP, fornecer material de estudo e orientar as comissões escolares para garantir um processo de elaboração coerente, técnico e participativo.

As diretrizes para a implementação do PPP na Escola Municipal Leôncio Horácio de Almeida prevêm que o documento elaborado pela comissão seja estruturado a partir de:

- Uma análise diagnóstica do contexto escolar e da comunidade atendida, considerando os aspectos sociais, culturais e pedagógicos que influenciam o ensino e a aprendizagem;
- A definição de princípios, metas e diretrizes que norteiem as práticas pedagógicas, a gestão escolar, a avaliação e as estratégias de formação continuada dos profissionais da educação;
- A construção de ações planejadas com foco na melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, na inclusão, na equidade e no desenvolvimento integral dos estudantes;
- A definição de formas de monitoramento e avaliação periódica do PPP, para que o documento se mantenha atualizado e eficaz na resposta às demandas da escola e do território;

- A promoção de momentos de socialização consulta e devolutiva à comunidade escolar para fortalecer o compromisso coletivo com o projeto institucional.

A implementação dessas diretrizes garante que o PPP da escola não seja um documento estático, mas um instrumento dinâmico de organização da prática educativa, integrado às orientações da Secretaria Municipal de Educação, ao Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) e aos princípios legais que regem a educação pública no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico como sendo um dos principais documentos que norteia o trabalho pedagógico da escola, fica evidente que a sua utilização para cumprimento das ações e o bom funcionamento da escola é essencial. O mesmo é um documento de grande necessidade dentro de uma instituição, que não deve ficar engavetado, pois, é através dele que podemos desenvolver as nossas práticas, diagnosticar possíveis problemas, traçar ações, metas, rever conceitos, buscando melhoria e qualidade do ensino valorizando sempre o contexto social no qual o aluno está inserido.

Dessa forma, analisando o PPP, da nossa instituição de ensino podemos perceber que há alguns embasamentos teóricos de grande importância já que nele encontra-se eixos que norteiam toda extensão do presente documento. O projeto visa levantar questões e permitir as discussões dentro e fora da sala de aula preservando a igualdade e a originalidade de cada indivíduo.

Neste âmbito também é necessário buscar a colaboração da família como unidade amiga da escola sendo participante ativa no processo ensino-aprendizagem, durante todo o desenvolvimento da educação desde a alfabetização até o fundamental dos anos finais.

A intenção principal desse projeto é demonstrar que a escola é de fundamental importância para todos e tê-la como referência de respeito aos valores, visão e missão que a instituição retrata, sendo democrática apresentando assim, um ambiente saudável, acolhedor, atraente e sociável para os indivíduos.

Portanto, o Projeto Político Pedagógico é de suma importância para a sua utilização na escola oferecendo possibilidades que visa o trabalho com melhorias e trazendo benefícios a toda comunidade escolar permitindo ampliar os conhecimentos pois, sabemos que este documento é vivo e no entanto, não devemos considerar o mesmo pronto e acabado, podendo assim ser alterado de acordo com a realidade atual da instituição.

REFERÊNCIAS

ALVES, J.; SALUSTIANO, R. **Concepções de diversidade na Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Revista Interterritórios, v. 8, n. 15, 2022.

ANGUERA, **Diretrizes para a Avaliação da Aprendizagem e o Rendimento Escolar**. Rede Municipal de Ensino. Secretária Municipal de Educação. Anguera. Bahia. 2023.

ANGUERA, Bahia: Secretaria Municipal de Educação. **Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) de Anguera para Educação de Infantil e o Ensino Fundamental**. Secretaria Municipal de Educação de Anguera Bahia, 2022.

ANGUERA, Ba. Secretaria Municipal de Educação. **Organizador Curricular da Educação de Jovens e Adultos (OCEJA)**. Secretaria de Educação do Município de Anguera - Bahia, 2024.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa/** Miguel G. Arroyo. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias** / Miguel G. Arroyo. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394, 1996**.

BRASIL, **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2003.

BRASIL. **Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SECAD, 2004.

BRASIL, **MEC – Coordenação de educação Infantil**. DPEIEF/SEB – Revista CRIANÇA – do professor de educação infantil. Brasília, DF, nº 42, dez/2006.

BRASIL, **Resolução nº1 de 28 de maio de 2021**. Institui Diretrizes Operacionais para Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1º de junho de 2021, Seção 1.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. 2. ed. revista. 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4/11/2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo** e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BAHIA, Secretaria da Educação do Estado da. **Documento curricular referencial da Bahia para educação infantil e ensino fundamental** (v. 1) / Secretaria da Educação do Estado da Bahia. – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

BRASIL. Lei nº 14.180, de 1º de julho de 2021: **Diário Oficial da União**, <http://in.gov.br/>>. Acesso em 30 de novembro de 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 16 set. 2025.

BRASÍLIA, Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/**Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica**. Diretoria de Currículos e Educação Integral. 2013.

CAMPOS, M. S.; COSTA, R. F. **Desafios da transição escolar: do 5º para o 6º ano**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 25, n. 1, p. 1-15, 2020.

CANDAU, V. M. **Educação em direitos humanos: fundamentos teóricos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2018.

CASTRO, A. M.; LOPES, R. S. **Educação em Tempo Integral: Desafios e Possibilidades na Rede Pública**. *Revista Retratos da Escola*, v. 13, n. 25, p. 151-168, 2019.

CAVALIERE, A. M. V. **Educação Integral: uma (re)visão histórica**. *Cadernos Cedes*, v. 29, n. 79, 2009.

COELHO, L. M. **Formação de Professores para a Educação Integral**. *Educação & Sociedade*, v. 37, n. 134, 2016.

CRAHAY, M. **A Escola pode contribuir para a igualdade de oportunidades?** Porto Alegre: Artmed, 2014.

DENES, L. K.; MUHLBEIR, M. M.; MOKAN, S. R. P. P. **Gestão escolar: A importância do planejamento participativo para uma gestão democrática**. Disponível em: <http://www.ijui.com/artigos/46582-gestao-escolar-a-importancia-do-planejamento-participativo-para-uma-gestao-democratica.html>. Acesso em 28 jul. 2022.

DOCUMENTO CURRICULAR REFERENCIAL MUNICIPAL (DCRM) - Secretaria Municipal de Educação de Anguera (PDF). Anguera, 2022. Disponível no portal da Prefeitura/Secretaria.

FREIRE, Paulo. **"Pedagogia do Oprimido"**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo, 1921. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Algumas reflexões em torno da utopia**. In: FREIRE, Ana Maria de Araújo (org.) *Pedagogia dos Sonhos Possíveis*. São Paulo: UNESP, 2001.

FOSSILE, D. K. **Construtivismo versus sociointeracionismo: uma introdução as teorias cognitivas**. Revista Alpha. Patos de Minas, Unipam, v. 11, p. 105-117, ago. 2010.

GOHN, M. da G. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 2009.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e Identidade Negra: pesquisas e práticas em educação antirracista**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2017.

GUICHARD, J. **Career Guidance, Education and Dialogues for a Fairer World**. International Journal for Educational and Vocational Guidance, v. 16, n. 1, p. 3-9, 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**/ José Carlos Libâneo. São Paulo: Cortez, 1994.

MACHADO, Jacqueline Mari. **Planejamento Institucional**. /Jacqueline Mari Machado. Indaial: UNIASSELVI, 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Documento referencial para a implementação das diretrizes operacionais da EJA (COEJA / orientações)**. 2022.

MOLL, J. (Org.). **Educação Integral: Direito e Caminho para o Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: Penso, 2012.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 2008.

NASCIMENTO, Luciana Monteiro do. **Caderno de estudos: educação especial** / Luciana Monteiro do Nascimento, Centro Universitário Leonardo da Vinci. Indaial ASSELVI, 2007.

OLIVEIRA, P. R.; SILVA, M. L. **Desafios da Transição Escolar: do Ensino Fundamental ao Médio**. Revista Brasileira de Educação, v. 25, p. 1-17, 2020.

OLIVEIRA, A. P.; SOARES, L. M. **Adaptação escolar e desempenho acadêmico na transição do ensino fundamental I para o II.** *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 23, 2019.

PAPALIA, D. E.; MARTORELL, G. **Desenvolvimento Humano.** 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PARO, Vitor Henrique. **A Gestão da Educação ante as Exigências de Qualidade e Produtividade da Escola Pública.** São Paulo, abril de 1998.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública.** 4. ed. Revista e atualizada: São Paulo, 2016.

PIAGET, J. **A psicologia da criança.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1976.

PICOLI, E. S. A.; CARVALHO, E. J. G. **Projeto-Pedagógico: uma construção “coletiva”?** III Encontro de Pesquisa em Educação, I Jornada de Gestão Escolar e XV Semana de Pedagogia – Pedagogia 35 anos: História e Memória. UEM, Maringá – PR, 2008.

RIBEIRO, Marinalva Lopes. **A afetividade na relação educativa.** Estudos de Psicologia. Campinas: julho-setembro, 2010.

SANT’ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? como avaliar? critérios e instrumentos** 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SANTOS, F. M. **Significações de construtivismo na perspectiva de professores “construtivistas” e sua relação com práticas avaliativas.** Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação. Universidade Católica de Brasília, 2007.

SANTOS, S. R. S. V.; CARDOZO, L. G. S. **Superando a pedagogia da transmissão:** Disponível em: <http://pt.slidehare.net/superluciana1/ad1-ead-37970102>. Acesso em: 02. set. 2022.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **A educação das relações étnico-raciais no Brasil: avanços, desafios e perspectivas.** *Revista Brasileira de Educação*, v. 25, n. 83, p. 1-18, 2020.

SOARES, J. F.; CUNHA, A. R. **Fatores de Risco e Proteção na Transição para o Ensino Médio.** Cadernos de Pesquisa, v. 51, n. 179, 2021.

VAGULA, E.; BARBOSA, A. C. A.; BARUFFI, M. M.; MONTAGNIN, R. C. **Didática.** Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2014.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político pedagógico da escola: Uma construção possível**/Ilma Passos Alencastro Veiga (org.). 29. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico), 2013.



VIERO, Janisse. MULLER, Liziany Medeiros. 1. ed. **Princípios e concepções da educação do campo**. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018.